

CLUSTER DA ÁGUA

Guiné Bissau



ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS	8
1. Dados gerais	8
2. Enquadramento demográfico e macro-económico	8
3. Geografia, clima, pluviosidade e recursos hídricos	13
4. Ordenamento e gestão costeira	16
5. Consumo e uso da água	17
a) Agricultura	18
b) Energia	19
c) Indústria	21
d) Municípios e população	23
e) Ecossistemas	23
6. Condições de acesso ao Mercado	24
a) Requisitos legais e societários	24
b) Sistema fiscal	24
c) Barreiras ao comércio	25
d) Sistema laboral	25
e) Regime aplicável a quadros expatriados	26
f) Sistema financeiro	26
g) Regime aplicável ao repatriamento de lucros e outras transferências financeiras	27
h) Legislação contratual	27
i) Acordos bilaterais com Portugal e a União Europeia	27
j) Incentivos ao investimento directo estrangeiro	28
3. O CLUSTER DA ÁGUA	31
1. Organização institucional do sector	31
a) Administração central, regional e local	31
b) Agências e entidades relevantes	31
c) Maiores operadores de serviços de águas	32
d) Principais entidades adjudicantes	34
e) Principais associações profissionais e empresariais	34
f) Principais universidades e centros de investigação	34
g) Agências de apoio ao desenvolvimento	34
2. Estratégia governamental para o sector	35
3. Papel das instituições financeiras multilaterais	35
4. Participação do sector privado, incluindo o regime aplicável a parcerias público-privadas	35
5. Quadro legal e regulatório específico ao sector	36

CLUSTER DA ÁGUA

4. OS PRINCIPAIS MERCADOS DO “CLUSTER DA ÁGUA”	37
1. Estrutura do sector	37
a) Principais actividades e funções	37
b) Tipo de organização	37
c) Dimensão e área de negócio das empresas	37
d) Distribuição regional	38
2. Principais players	38
a) Autoridades municipais e serviços de águas	38
b) Principais consumidores não urbanos	38
c) Perfil das principais entidades adjudicantes e dos processos de decisão adoptados	38
d) Principais fornecedores	38
e) Caracterização de potenciais parceiros locais	39
3. Principais projectos em curso	40
a) <i>Abastecimento</i>	40
b) <i>Irrigação</i>	40
c) <i>Rede de saneamento</i>	40
d) <i>Dessalinização</i>	40
e) <i>Energia hídrica</i>	40
4. Fontes de financiamento	41
5. ABORDAGEM AO MERCADO	42
1. Política de compras e cadeia de fornecimento	42
2. Principais eventos do sector	42
3. Identificação, caracterização e priorização de empresas locais potenciais parceiras	42
4. Identificação e caracterização das actividades de empresas portuguesas já presentes nesse mercado (no sector da água)	43
5. Etiqueta de negócios	43
6. Análise SWOT	44
7. Proposta de ações	44
6. REFERÊNCIAS	46

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. País em Síntese	8
Tabela 2. Evolução e distribuição da população por sector administrativo	9
Tabela 3. Classe e tamanho das comunidades semi-urbanas e rurais	10
Tabela 4. Regiões administrativas da Guiné-Bissau e o respectivo número da população (2009)	12
Tabela 5. Principais indicadores macro-económicos	12
Tabela 6. Posição e quota de Portugal no comércio internacional de bens da Guiné-Bissau (2011-2015)	13
Tabela 7. Principais Rios Transfronteiriços de Água Doce da Guiné-Bissau	16
Tabela 8. Estimativas de consumo de água por diferentes sectores	17
Tabela 9. Indicadores da potencialidade de Saltinho	19
Tabela 10. Principais resultados das projecções da procura de electricidade do SAB	19
Tabela 11. Plano de investimento de electricidade da EAGB para o período 2014 – 2020	20
Tabela 12. Plano de produção de energia para o período 2014 – 2020	21
Tabela 13. Produção de gelo estimada nas contas nacionais (em t)	21
Tabela 14. Produção estimada de bebidas	22
Tabela 15. Unidades de empacotamento de água registadas na DGI/MEI	22
Tabela 16. Principais impostos e taxas na Guiné-Bissau	24
Tabela 17. Relações laborais na Guiné-Bissau	25
Tabela 18. Principais acordos e organizações que a Guiné-Bissau integra	27
Tabela 19. Principais Incentivos e benefícios ao IDE	28
Tabela 20. Principais benefícios fiscais	29
Tabela 21. Características de furos da EAGB	32
Tabela 22. Principais projectos de abastecimento no sector da Água	40
Tabela 23. Principais sistemas de irrigação para o sector agrícola, construídos e previsão para 2017	40
Tabela 24. Principais empresas do sector privado no domínio da realização de obras hidráulicas	42
Tabela 25. Análise SWOT do Sector da Água na Guiné-Bissau	44
Figura 1. Repartição dos agregados familiares por região e meio de residência	11
Figura 2. Densidade populacional por região da Guiné-Bissau (%)	11
Figura 3. Mapa administrativo da Guiné-Bissau	13
Figura 4. Recursos de água nas principais lagoas	15
Figura 5. Os recursos de água da Guiné-Bissau	16
Figura 6. Projecções da procura de electricidade no SAB	20
Figura 7. Projecções da procura em potência de ponta (pico) do SAB	20

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAP – Abastecimento de Água Potável
ACAC – Associação de Consumidores de Água de Catio
ACDB – Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Bambadinca
ADAS – Esquema Director de Água e Saneamento
AEGB – Associação Empresarial da Guiné-Bissau
AF – Agregado Familiar
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento
AIH – Associação de Interesse Hídrico
ANAS – Agência(s) Nacional(s) de Água e Saneamento
ANE – Actores Não Estatais
ASPAAB – Associação de Saneamento, Protecção de Água e Ambiente de Bafatá
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA – Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
BID – Banco Islâmico de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BOAD – Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
C.S – Centros Secundários
CAP – Comportamentos, Atitudes e Práticas
CCIA – Câmara de Comércio Indústria e Agricultura
CCIAS – Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CCIPGB – Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Guiné-Bissau
CdS – Centro de Saúde
CEDEAO – Comunidade Económica de Estados Oeste Africanos
CG – Comité de Gestão
CIMA – Comité Inter-Ministerial das Águas
CNA – Conselho Nacional de Água
CNSMC – Comunicação Nacional Sobre as Mudanças Climáticas
CSU – Centros Semi-Urbanos
CTA – Comité Técnico de Água
DARATEC – Estudos de Projecção de Obras Hidráulicas;
DAU – Direcção de Águas Urbanas
DGA – Direcção-Geral dos Recursos Hídricos
DGAAAC – Direcção-Geral da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
DGE – Direcção-Geral da Energia
DGRH – Direcção-Geral dos Recursos Hídricos
DRE – Direcção Regional da Energia
DRRH – Direcção Regional dos Recursos Hídricos – Bafatá
EAGB – Empresa de Electricidades e Água da Guiné-Bissau
EDAS – Esquema Director das Águas e Saneamento
ENAFUR – Empresa Nacional de Pesquisa e Captação de Água
EU – União Europeia
FAO – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FNA – Fundo Nacional de Água
G.B.I. – Guiné-Bissau Investimentos
GAS – Grupo temático Água e Saneamento
GIZ – Agência Alemã de Cooperação
HNSM – Hospital Simão Mendes
HYDROGENIE – Estudos e Fiscalização de Obras Hidráulicas
ILAP – Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza
INE – Instituto Nacional de Estatísticas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

CLUSTER DA ÁGUA

JICA – Agência Japonesa de Cooperação
LGT – Lei Geral de Trabalho
LNECGB – Laboratório Nacional de Engenharia Civil da Guiné-Bissau
MADD – Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Durável
MAFP – Ministério da Agricultura, Floresta e Pecuária
MEI – Ministério da Energia e Indústria
MICS – Inquérito aos Indicadores Múltiplos
MRN – Ministério dos Recursos Naturais
MSF – Médicos Sem Fronteiras
ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
OMS – Organização Mundial de Saúde
OMVG – Organização para Valorização do Rio Gâmbia
ONG – Organização Não Governamental
PASA – HRS – Programa de Apoio ao Sector de Água e Hidráulica Rural Solar
PASA – HRS – Projecto de Apoio ao Sector das Águas e Hidráulica Rural Solar
PENHS – Políticas e Estratégias Nacionais em Matéria de Higiene e Saneamento
PHV&S – Programa de Hidráulica e Saneamento Rural
PNA – Política Nacional de Água
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Parceria Público-privada
PRIQSAA – Programa de Reforço Institucional e de Qualidade de Serviços de Abastecimento de Água
PRMI – Projecto Multisectorial de Reabilitação de Infra-estruturas
PROJECTA – Estudos de Obras Hidráulicas.
RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação
SAB – Sector Autónomo de Bissau
SERVIAGUAS – Empresa de Fiscalização de Obras Hidráulicas
SYSCOA – Sistema Contabilístico da África Ocidental
SYSCOHADA – Harmonização do Direito de Negócios em África
TCMA – Taxa de Crescimento Médio Anual
UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
WASH – *Water, Sanitation and Hygiene*

.....

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do projecto P3LP Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, e co-financiada pelo Compete 2020, a PPA tomou a iniciativa de realizar um estudo de mercado, ao Cluster da Água na Guiné-Bissau. O estudo tem como objectivo apoiar a identificação e priorização de áreas de intervenção para uma potencial cooperação com entidades gestoras Portuguesas, susceptível de gerar efeitos multiplicadores sobre a fileira industrial do *cluster* nacional da Água, identificando prospectivamente tipos de serviços ou produtos especialmente vocacionados para este mercado.

O estudo de mercado foi realizado recorrendo a Informação pública disponível e a informação recolhida junto de responsáveis das entidades relevantes do sector.

O estudo está organizado em 4 principais capítulos.

No capítulo “2. Caracterização do País”, apresentamos uma caracterização geral do país através da compilação das principais variáveis e indicadores económicos e sociais relevantes. No subcapítulo Dados Gerais apresentamos uma ficha síntese, com os principais indicadores que caracterizam o país. No Enquadramento Demográfico procura-se identificar a distribuição geográfica da população, densidades populacionais, pirâmides etárias, crescimentos demográficos, entre outros. O Enquadramento Macro-económico pressupõe uma breve análise às grandes variáveis macro-económicas, entre outros, o PIB, inflação e balança comercial. O subcapítulo Clima, Pluviosidade e Recursos Hídricos compila os dados disponíveis sobre as condições naturais e climatéricas mais relevantes. No subcapítulo Consumo e uso da água caracteriza-se o padrão de consumo em cada uma das grandes tipologias de utilização (Agricultura, Energia, Indústria, Municípios e população, Ecossistemas). Em Ordenamento e Gestão Costeira, são apresentadas considerações gerais sobre as políticas e instituições de gestão de questões mais ligadas ao ambiente. Por fim, em Condições de Acesso ao Mercado faz-se referência às questões de ordem prática para as empresas, em particular quanto a aspectos legais, fiscais e laborais.

O capítulo “3. O Cluster da Água”, compreende os mecanismos, processos e instituições entre os quais se articulam os

diversos interesses do sector da água. Neste capítulo fazemos nota das políticas públicas e grandes objectivos dos planos governamentais para o sector, assim como a caracterização do quadro legal e regulamentar geral aplicável. Pretende-se ainda analisar o papel das agências multilaterais nos projectos em curso e planeados, bem como das cooperações bilaterais mais relevantes, assim como o grau de abertura à participação de operadores privados no sector.

No capítulo “4. Os Principiais Mercados do Cluster da Água” pretende-se identificar os mercados mais relevantes, perceber os tipos de operações e competências locais, bem como o perfil dos principais operadores e suas características accionistas (sector público vs privado). Além disso, caracterizamos a importância relativa das actividades ligadas à água de cada operador, assim como a distribuição regional dos principais operadores. Procedemos, ainda, à identificação das principais empresas e entidades do sector, nomeadamente através da decomposição do *cluster* em compradores e entidades adjudicantes, grandes consumidores e principais fornecedores de serviços e produtos com actividade no mercado local. São ainda apresentados os principais projectos em curso ou planeados para diversos fins (abastecimento, irrigação, rede sanitária, dessalinização), bem como as principais fontes de financiamento.

No capítulo “5. Abordagem ao Mercado”, caracteriza-se as actividades de *procurement* na cadeia de valor da indústria da água e as tipologias de políticas de compras existentes. São elencados os principais eventos do sector e são identificadas empresas locais que possam vir a ser parceiras de negócio das empresas portuguesas. Ainda dentro deste capítulo, apresentamos uma série de conselhos relativos à etiqueta de negócios no país. Depois, realizamos uma análise síntese dos principais pontos fortes e fracos do mercado, as principais linhas de oportunidade de negócio e as ameaças previsíveis para as empresas portuguesas que queiram entrar no mercado. Por fim apresentamos uma serie de recomendações de acções a realizar por empresas da Indústria Portuguesa da Água, que tenham como objectivos estratégicos a abordagem e um novo posicionamento neste mercado.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

1. DADOS GERAIS

TABELA 1: PAÍS EM SÍNTESE

DESIGNAÇÃO OFICIAL	REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
Capital	Bissau
Área	36 125 Km ²
Clima	Quente e húmido
População (INE – Censo de 2009)	1 548 159
Densidade populacional (INE 2009)	43 habitantes/Km ²
Língua Oficial	Português
População com menos de 20 anos	25,5 %
Organização administrativa	9 Regiões administrativas incluindo o SAB. 36 Sectores administrativos, 103 secções e pouco mais de 4 000 aldeias rurais
3 regiões mais populosas (INE 2009)	SAB (348 960 hab.), Oio (226 263 hab.) e Bafatá (225 516 hab.)
Moeda	Franco CFA
Taxa de câmbio	1,00 Euro = 655 957 FCFA
Índice da pobreza (INE 2010)	69,3 %
Taxa de desemprego (INE 2012)	10,5 %
Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD 2015)	178ª posição/entre 188
Esperança de vida à nascença (INE 2009-2010)	48,6 anos
Taxa de crescimento da população (INE 2009)	2,5 %
Acesso à rede pública de água potável (INE 2012)	39,7 %
Acesso à energia eléctrica no alojamento (INE 2012)	17,2 (MICS 2014)
Taxa de conclusão do ensino primário (MICS 2014)	62,4 %
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)	55
<i>Doing Business</i> (BM 2017)	172.ª Posição
PIB <i>per capita</i> (USD)	595
Taxa de crescimento do PIB 2015 (%)	3,6
Inflação 2015 (%)	1,5

2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E MACRO-ECONÓMICO

DEMOGRAFIA

De acordo com dados demográficos do último Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), realizado em 2009 de 15 a 25 de Março de 2009 (últimos dados oficiais), a população total da Guiné-Bissau é de 1 548 159 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 2,5%. A cidade de Bissau representa

um quarto da população total. 54% das comunidades rurais têm menos de 150 habitantes. A densidade média populacional é de 43 habitantes por km², distribuído de forma variável: inferior a 25 habitantes/km² no sudoeste e arquipélago dos bijagós, e superior a 75 nas regiões de Biombo e a 2.500 habitantes/km² no Sector Autónomo de Bissau (SAB). 64% da população tem idade inferior a 25 anos. No período compreendido entre 2002 e 2010, a taxa de pobreza subiu dos 65 para os 70%, ao mesmo tempo que a taxa de extrema pobreza aumentou de 21% para 33%.

CLUSTER DA ÁGUA

As principais características da população da Guiné-Bissau são apresentadas nas tabelas e figuras que se seguem:

TABELA 2: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTOR ADMINISTRATIVO

SECTOR ADMINISTRATIVO	POP. 1979	POP. 1991	POP. 2009	POP. HOMENS 2009	POP. MULHERES 2009
QUINHAMEL	11 493	34 306	45 604	21 015	24 589
PRABIS	34 488	13 982	32 016	15 708	16 308
SAFIM	10 482	11 539	17 249	8 380	8 869
BIGENE	28 516	37 514	57 237	27 379	29 858
BULA	19 934	19 030	29 733	14 197	15 536
CACHEU	15 205	16 058	21 507	10 175	11 332
CAIO	13 441	12 406	14 343	6 775	7 568
CANCHUNGO	34 060	36 945	45 899	21 061	24 838
SAO DOMINGOS	19 071	24 617	30 955	15 684	15 271
BISSORA	39 141	44 043	56 868	27 703	29 165
FARIM	25 539	36 295	48 465	23 465	25 000
MANSABA	25 749	27 864	52 174	24 955	27 219
MANSOA	25 797	29 101	46 917	23 105	23 812
N'HACRA	18 888	18 009	21 839	10 269	11 570
BAFATA	36 434	46 753	84 935	40 961	43 974
BAMBADINCA	18 493	23 668	33 255	16 102	17 153
CONTUBEL	25 998	32 911	46 064	22 766	23 298
COSE	11 125	12 855	15 766	7 538	8 228
GA MAMUDO	14 869	18 922	26 160	12 627	13 533
XITOLE	9 113	9 979	19 336	9 495	9 841
BOE	9 073	8 968	10 957	5 226	5 731
GABU	28 458	46 623	83 855	41 029	42 826
PIRADA	17 188	22 650	32 791	15 980	16 811
PITCHE	22 222	29 643	47 042	23 630	23 412
SONACO	27 374	31 217	39 875	18 912	20 963
BOLAMA	9 150	8 837	10 161	5 068	5 093
BUBAQUE	8 568	7 954	11 479	5 679	5 800
CARAVELA	8 025	10 109	4 662	2 345	2 317
UNO	-	-	7 627	3 633	3 994
BUBA	6 477	9 967	18 108	9 141	8 967
EMPADA	10 029	12 708	17 086	8 406	8 680
FULACUNDA	6 626	6 809	15 850	7 736	8 114
TITE	12 400	13 482	14 902	7 160	7 742

(continua)

CLUSTER DA ÁGUA

SECTOR ADMINISTRATIVO	POP. 1979	POP. 1991	POP. 2009	POP. HOMENS 2009	POP. MULHERES 2009
BEDANDA	15 157	18 454	28 301	13 644	14 657
CATIO	7 813	30 132	32 676	15 649	17 027
CACINE	24 561	12 590	15 424	7 612	7 812
QUEBO	7 568	9 889	15 318	7 717	7 601
KOMO	-	-	10 763	4 976	5 787
SA BISSAU	-	-	384 960	192 956	192 004
TOTAL	658 525	786 829	1 548 159		

Fonte : RGPH/INEC – 2009

TABELA 3: CLASSE E TAMANHO DAS COMUNIDADES SEMI-URBANAS E RURAIS

Região	Número de Cidade	Menos de 150 Hab. (Média Hab.)	150-500 Hab. (Média Hab.)	500-2000 Hab. (Média Hab.)	Mais de 2000 Hab. (Média Hab.)
Bafatá	1017	633 (68)	306 (257)	63 (803)	15 (3701)
Biombo	145	26 (67)	58 (275)	50 (822)	11 (3636)
Bolama	226	147 (61)	69 (241)	8 (615)	2 (6067)
Cacheu	732	337 (74)	312 (269)	74 (796)	9 (4900)
Gabú	781	403 (73)	302 (265)	65 (952)	11 (4525)
Oio	812	419 (64)	292 (283)	91 (773)	10 (4671)
Quinara	287	160 (65)	102 (272)	22 (746)	3 (5259)
Tombali	425	251 (66)	127 (271)	44 (786)	3 (5465)
TOTAL (% do total)	4425	2376 (53,7%)	1568 (35,4%)	417 (9,4%)	64 (1,5%)

Fonte : RGPH/INEC - 2009

De acordo com o relatório mundial do PNUD sobre o desenvolvimento, a Guiné-Bissau com um IDH de 0,289 situa-se no 164º lugar, num universo de 169 países. Entre 2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9%, contra uma média de 2,1% na África subsaariana e de 1,68% nos países com IDH muito baixo. Os dois factores que contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau são: a pobreza generalizada, com muito baixo rendimento monetário e a esperança de vida (48,6 anos) resultante das dificuldades do acesso e da qualidade dos serviços essenciais de base, como por exemplo a saúde. Esta situação está correlacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5% (RGPH – 2009) e com a taxa de crescimento económico que foi em média de 3%, entre 2000 e 2010.

Estes indicadores fracos, com a excepção da esperança de vida, afectam particularmente as mulheres. Assim, o índice da desi-

gualdade de géneros continua muito elevado na Guiné-Bissau, sendo de 0,381 em 2007, colocando o país no 148.º dos 155 países considerados.

Cerca de 72,4% da população activa dedica-se a actividades agrícolas e da pesca, 7,3% a serviços diversos, e 10% a actividades comerciais.

A maioria da população pratica a religião muçulmana (45,1%). Mais de 50% da população utiliza o seu dialecto para comunicar. Isto verifica-se tanto nos dois géneros como em meio rural ou urbano.

O crioulo é língua mais falada pela população (90,4%). A população que fala português corresponde a 27,1%.

Segundo dados do RGPH-2009, 1.933 pessoas são de nacionalidade estrangeira, correspondendo apenas a 0,1% da população total. Esta população é composta por 1.378 homens (71,3%) e 555 mulheres (28,7%)

CLUSTER DA ÁGUA

A percentagem da população feminina é superior à masculina em todas as etnias, com excepção das etnias Felupe e Sosso onde essa percentagem corresponde a valores quase idênticos para os dois sexos (cerca de 50%).

Ainda de acordo com os dados do RGPH de 2009, existem catorze (14) etnias, nomeadamente: Balanta (22,5%), Fula (28,5%), Mandinga (14,7%), Manjaco (8,3%), Mancanha (3,1%), Papel (9,1%), Bijagós (2,1%), Biafada (3,5%), Felupe (1,7%), Mansonca (1,4%), Balanta Mané (1,0%), Nalu (0,9%), Sosso (0,4%), Saracule (0,5%). 2,2% da população guineense responderam não pertencerem a nenhuma das etnias (sem etnias), enquanto 0,1% não se definiram em relação às respectivas pertenças étnicas. Todas as etnias possuem um dialéctico próprio, denominado por exemplo: dialéctico, felupe, dialéctico mandinga e dialéctico papel.

O crioulo é o principal meio de comunicação no seio da população. Com efeito, esta língua é utilizada por 90,4% da população. A população que sabe falar a língua portuguesa corresponde a 27,1%. Verifica-se também que o crioulo é a principal língua falada no seio de todas as etnias, variando as percentagens entre 89,2% (etnia Balanta Mane) e 93,2% (etnia Mancanha). A percentagem de pessoas que fala português corresponde a valores relativamente elevada entre os Mancanhas (60, 5%) e entre a população Sem Etnia (45,2%). Entre os Balantas Mané e os Mandingas essa percentagem corresponde a quase 20%. A língua estrangeira mais falada pela maioria da população das diferentes etnias é a língua francesa. Com efeito a percentagem das pessoas que falam essa língua é de 20,9% entre a população Sem Etnia, 14,8% entre os Mancanhas e 10,9% entre as pessoas da etnia Sosso. Apenas 2,8% dos Balantas falam a língua francesa. Em 2009, foram recenseados 176 500 Agregados Familiares (AF), (RGPH/INE - 2009), dos quais 45% vivem no meio urbano e 55% no meio rural. Os AF concentram-se maioritariamente no meio rural tanto a nível nacional como nas regiões, salvo no SAB que se revela com a maior proporção urbana (100%). Esta região distingue-se das outras por ser onde se encontra a cidade de Bissau, capital política, administrativa e económica do país.

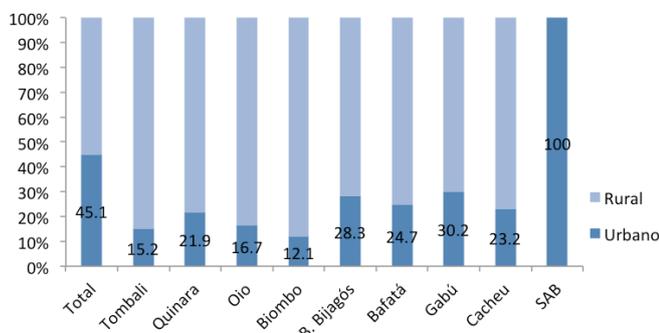


Figura 1: Repartição dos agregados familiares por região e meio de residência

Fonte : RGPH/INEC – 2009

O número de AF recenseado conheceu uma progressão pois passou de 131 924, em 1991, para 176 500 em 2009, represen-

tando um aumento de 33,8%, correspondente a uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) de 1,6%, sendo esta última inferior à Taxa de Crescimento Médio Anual da população que é de 2,2%. Todavia, esse crescimento apresenta algumas disparidades por meio de residência tanto a nível nacional como por regiões. Por meio de residência, o aumento foi mais significativo no meio urbano, (61,5% e 2,7%) do que no rural (17,2% e 0,9%). O aumento mais significativo, no meio urbano, foi registado nas regiões de Biombo (197,2% e 6,2%), Gabú (121,1% e 4,5%) e SAB (69% e 2,9%). Entretanto, a região de Tombali teve um crescimento negativo dos agregados familiares no meio urbano (-0,2% e 0,0%). No meio rural, as regiões de Biombo (53% e 2,4%), Tombali (27,4% e 1,3%), Gabú (24,2% e 1,2%) e Quinara (21% e 1,1%) cresceram mais rapidamente do que as restantes regiões. A nível nacional, os AF mais representativos são os constituídos por 10 pessoas ou mais (32,6%), seguido dos de 6 pessoas (10,5%) e 5 pessoas (9,7%). Os agregados com uma pessoa são menos expressivos (3,4%). Cerca de 23,1% de AF são chefiados por mulheres, 72,3 vivem em residências próprias. De acordo com ILAP (Inquérito Ligeiro de Avaliação da Pobreza - 2010), a despesa média anual dos AF era de 162 300 FCFA (aproximadamente, 247 Euros). 49,7% da população guineense residente com idade superior a 6 anos é alfabetizada. Deste número, 60,2% é do sexo masculino, contra 39,8% do sexo feminino. O analfabetismo afecta mais a população do sexo feminino na ordem de 56%, contra 44% a nível nacional, a taxa de Analfabetismo da população de idade superior a 15 anos, de acordo com os dados apurados do censo, é calculada em 49,8%. Esses dados mostram que 5 em cada 10 guineenses são analfabetos. A população feminina apresenta uma taxa que se situa na ordem dos 63,1% contra 34,8% dos homens. A população jovem de 15 - 24 anos, num total de 316 495 habitantes de acordo com os dados apurados do censo, representa 21,8%. A maioria (168 101 habitantes) vive no meio rural numa proporção de 53,1% contra 46,9% do meio urbano. A densidade populacional é de 40,1 habitantes por km² e apresenta grandes diferenças entre as regiões. O SAB com uma superfície de 78 km², é a unidade territorial com maior densidade populacional do País (4.710,9 hab/km²). Seguem-se as regiões de Biombo com cerca de 111 hab/km², Oio com quase 40 hab./km², Cacheu com 36 hab/km², e Bafatá com cerca de 34 hab/km². A região de B/ Bijagós é a menos densamente povoada com apenas 12 hab/Km².

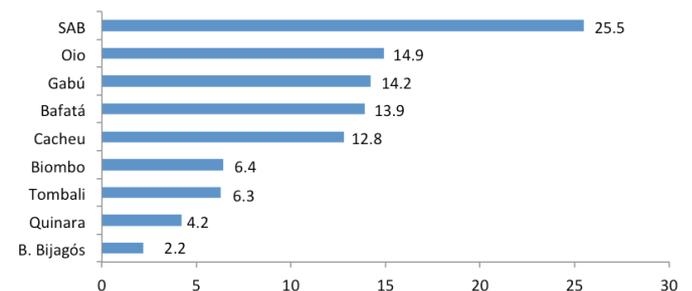


Figura 2: Densidade populacional por região da Guiné-Bissau (%)

Fonte : RGPH/INEC - 2009

CLUSTER DA ÁGUA

A Guiné-Bissau está administrativamente dividida em Oito (8) regiões mais o SAB, possui Trinta e Seis (36) Sectores, Cento e Três (103) Secções e mais de Quatro Mil aldeias rurais. A cidade de Bissau em 2009 representava um quarto da população total (384,960 – 25%). Além do SAB, outras regiões mais populosas são: Região de Oio (226,263 – 14,6%), Região de Bafatá (225,516 – 14,6%) e Região de Gabu (214,520 - 13,9).

TABELA 4: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA GUINÉ-BISSAU E O RESPECTIVO NÚMERO DA POPULAÇÃO (2009)

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (KM ²)	2009	
		TOTAL	FEMININA
Gabu	9 150	214 540	109 743
Bafatá	5 981	225 516	116 027
Oio	5 403	226 263	116 766
Cacheu	5 174	199 674	104 403
Biombo	839	94 869	49 766
Bolama – Bijagos	2 624	33 929	17 204
Tombali	3 734	102 482	52 884
Quinara	3 134	65 946	192 004
SAB	776	384 960	192 004
TOTAL Guiné-Bissau	36 125	1 548 159	792 300

Fonte : RGPH/INEC – 2009

MACRO-ECONOMIA

O retorno da Guiné-Bissau à ordem constitucional em 2014 permitiu que o país melhorasse a sua situação socio-económica e iniciasse uma nova fase de crescimento.

Após três anos de estagnação devido ao golpe de Estado de 2012, a economia da Guiné-Bissau retornou a um crescimento significativo 3,6% em 2015. O crescimento deve-se a um bom ano de vendas de castanha de caju e um aumento acentuado das culturas alimentares de subsistência, bem como às reformas do sector público, incluindo a consolidação orçamental e o retorno do financiamento dos doadores.

TABELA 5: PRINCIPAIS INDICADORES MACRO-ECONÓMICOS

PRINCIPAIS INDICADORES MACRO-ECONÓMICOS	2013	2014	2015
PIB preços de mercado (10 ⁶ USD)	1 027	1 111	1 057
PIB <i>per capita</i> (USD)	604	639	595
Crescimento real do PIB (variação %)	0,3	2,5	3,6
Saldo do sector público (% PIB)	-3,5	-2,6	-3,3
Exportações de bens (preços correntes)	152,8	171,9	202,9
Exportações de bens (preços constantes)	57,8	-13,5	8,7
Importação de bens (preços correntes)	182,8	227,5	199,5
Importação de bens (preços constantes)	2,1	25,4	17,6
Saldo balança corrente (% PIB)	-7,4 %	-3,4 %	-0,9 %
Dívida Externa (% PIB)	53,6 %	55,0 %	57,7 %
Taxa de inflação (média)	0,8 %	1,0 %	1,5 %

Fonte: AICEP, “Guiné-Bissau - País em Síntese”, Julho de 2016

CLUSTER DA ÁGUA

Contudo, em 2015 registou-se pouca melhoria na situação social e no desenvolvimento humano, muito embora a consolidação das finanças públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros do país tenham melhorado a cobertura educacional e de saúde. O fraco nível de desenvolvimento económico e social, resulta essencialmente das sucessivas crises políticas em que o país se tem mergulhado. As crises políticas têm causado atrasos e entraves à implementação de políticas públicas fundamentais no domínio das finanças públicas, na consolidação do estado de direito, na atracção de investimento privado e transferência de tecnologias.

A nível nacional, o sector de água e saneamento foi dos poucos que conseguiu alcançar as metas dos ODM (nº 7), passando de 45% em 2009 (inventário nacional da DGRH no quadro de actualização do EDAS) para 74% em 2014 (MICS 5).

Em termos de comércio internacional, segundo dados da AICEP¹, em 2015, a Índia foi o principal cliente da Guiné-Bissau (83,5%), seguida da China e Benin. O Togo, a Costa do Marfim e a Turquia completam o Top 5 dos clientes da Guiné-Bissau. Note-se que a Índia é o principal produtor e processador de castanha de caju do mundo, sendo portanto um parceiro importante da Guiné-Bissau, na medida em que adquire quase toda a produção de castanha de caju da Guiné-Bissau. No que concerne a fornecedores, Portugal destaca-se dos demais países, representando 37,3% das importações da Guiné-Bissau, seguido da China com 8,9%. Relativamente à posição e quota de Portugal no Comércio Internacional de bens da Guiné-Bissau, verifica-se que Portugal é o principal fornecedor da Guiné-Bissau. Como cliente Portugal está ao longo dos últimos 5 anos entre os 15 principais clientes, com excepção de 2012 em que ficou na 22.^a posição.

TABELA 6: POSIÇÃO E QUOTA DE PORTUGAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS DA GUINÉ-BISSAU (2011-2015)

		2011	2012	2013	2014	2015
Portugal como cliente da Guiné-Bissau	Posição	10	22	12	14	12
	% de exportação	0,08	0,04	0,38	0,11	0,12
Portugal como fornecedor da Guiné-Bissau	Posição	1	1	1	2	1
	% de importação	27,91	29,63	28,68	20,94	41,11

Fonte: AICEP, "Guiné-Bissau - País em Síntese", Julho de 2016

No ranking do *Doing Business* 2017, a Guiné-Bissau ficou na posição 162, o que representa uma subida de 16 lugares em comparação com 2016 em que estava na posição 178.

3. GEOGRAFIA, CLIMA, PLUVIOSIDADE E RECURSOS HÍDRICOS

GEOGRAFIA

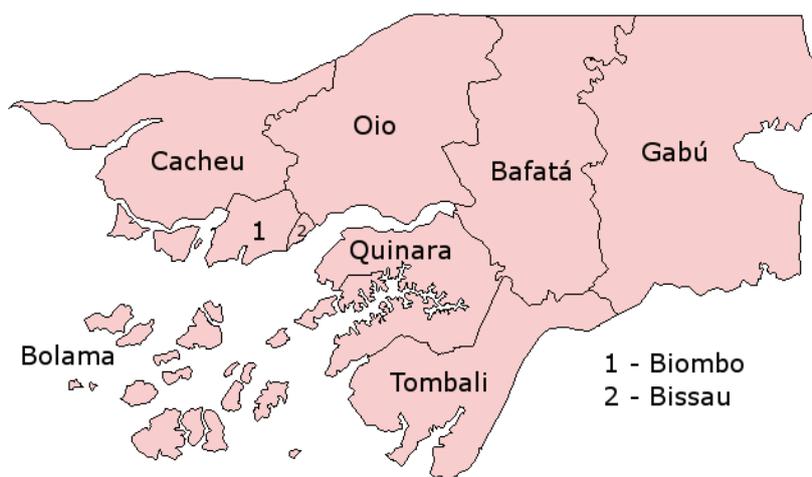


Figura 3: Mapa Administrativo da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau está situada no Hemisfério Norte, na costa Ocidental da África, entre a República do Senegal ao Norte, a República da Guiné a Este e ao Sul, e o Oceano Atlântico a Oeste. Conta com uma das mais amplas plataformas continentais marítimas da Costa Ocidental Africana, com cerca de 53 000 km².

¹ "Guiné-Bissau – País em Síntese", Julho de 2016.

CLUSTER DA ÁGUA

O seu litoral estende-se por 180 Km desde Cabo Roxo até Ponta Cajete. Geograficamente é constituída por uma parcela continental com algumas ilhas adjacentes (Jeta, Pecixe e Caió no Norte, Bissau, Areias, Bolama, Caiar, Komo e Melo no Sul) e por um conjunto insular mais afastado, o Arquipélago de Bijagós, englobando 40 ilhas das quais apenas 20 são habitadas (José L. Mendes, 1969). O Arquipélago dos Bijagós, constituído por ilhas sedimentares, situado entre 11.º e 12.º de latitude Norte, cobre uma área de cerca de 10 000 km², sendo 1 000 km² de terra, 9.000 km² de mar. As ilhas habitadas são, em número, cerca de 20. As restantes não habitadas são utilizadas para a agricultura, o cultivo segundo o ciclo do n'pam-n'pam e pousio. O ponto mais alto destas ilhas tem nove metros de altitude em relação ao nível médio do mar.

CLIMA

O clima é quente e húmido com uma estação chuvosa de Junho a Novembro (ventos predominantes de SO) e uma estação seca de Dezembro a Maio (de ventos NE, do tipo harmattan). Apenas 8,5% da terra arável é usada para a agricultura e 7% deles são cobertos com culturas permanentes. As terras irrigadas ocupam apenas 250 km² (estimativa feita em 2003). A pesca é um recurso importante para o país.

O clima divide-se em duas regiões climáticas distintas: a região tropical sub-guineense húmido, coincidente com a zona costeira e a região tropical sudanês que influencia a metade oriental do país. A região tropical húmida é caracterizada por chuvas intensas (entre 1.500 a 2.500 mm/ano), amplitudes térmicas médias e forte humidade do ar ao longo do ano; e a região tropical sudanês é caracterizada por amplitudes térmicas altas, forte humidade do ar na estação das chuvas e fraca na estação seca (1ª CNSMC, 2004).

O estudo do perfil climático, concluído em Dezembro de 2007 (Dias Francisco, 2007), divide o país em três zonas de precipitação: a zona Sul (Tombali, Quinara e Bolama-Bijagós), com uma média anual superior a 2000 mm, a zona Noroeste (Bissau, Biombo, Cacheu e Oio), com uma média anual entre 1400 e 1800 mm e a zona Leste (Bafatá e Gabú), cuja precipitação média anual oscila entre 1300 mm e 1500 mm. O máximo das precipitações é atingido em Agosto, sendo a média mensal superior a 300 mm. O mínimo, próximo de 0, ocorre durante os meses de Dezembro a Abril (época seca).

A desigualdade de aquecimento das massas continental e oceânica que favorece um regime de monções, pela sua proximidade ao oceano, subdivide o país em duas zonas climáticas seguintes:

- a zona do litoral ou de clima guineense e;
- a zona do interior ou de clima sudanês –saheliano.

Zona do litoral ou clima guineense

O alisado marítimo, proveniente do anticiclone dos Açores, é fresco, húmido e actua, de vez em quando, no litoral, onde, com frequência se desvia para Oeste sob impulso de monção marítima ou brisa da tarde.

Zona do interior ou clima sudanês

O alisado continental, ligado ao anticiclone do Sahara, no solestício de inverno, é originalmente fresco e seco, mas aquece à medida que avança para o sul.

O clima da zona leste é controlado pela combinação de ventos quentes e secos (Harmattan de Nordeste), oriundos da zona anticiclónica do Sahara, com a massa de ar húmido da monção de sudoeste.

A influência relativa das duas massas de ar é determinada pela posição da zona de convergência intertropical. À medida que se move em direcção ao Norte no período das chuvas, a zona de convergência intertropical é seguida pelo fluxo de ar quente e húmido, o que resulta num período único de precipitação máxima que geralmente dura de Junho a Outubro.

PLUVIOSIDADE E RECURSOS HÍDRICOS

Quanto aos níveis de precipitação podem-se distinguir três grandes zonas: a zona Sul, que compreende as regiões administrativas de Tombali, Quinara e Bolama-Bijagós, e que se caracteriza por uma média anual superior a 2000 mm de chuva, a zona Noroeste, englobando Bissau, Biombo, Cacheu e Oio, que regista uma variação anual média de 1400 mm a 1800 mm e, finalmente a zona leste que engloba as regiões de Bafatá e Gabú, onde a pluviosidade anual média é inferior a 1400 mm.

Temperatura

As temperaturas mensais médias sobem até cerca de 30°C em Abril e Maio (antes das chuvas), descendo para cerca de 26°C em Agosto e Setembro e 24°C em Dezembro, sendo os correspondentes máximos (e mínimos) respectivamente 38°C (22°C), 30°C (22°C) e 32°C (16°C).

Humidade Relativa

A humidade relativa é expressa pela quantidade de vapor de água existente na atmosfera e em função da temperatura do ar. O clima da Guiné-Bissau é húmido (humidade relativa compreendida entre 75 a 90% na região Sudoeste da ilha de Geta para Sul, incluindo o litoral do centro e do sul do território), e seco (humidade relativa compreendida entre 55 e 75% em todo o resto do território, com excepção para Bafatá que apresenta valores elevados devido a factores locais). A média anual é de 80%.

A Guiné-Bissau possui abundantes e importantes recursos hídricos que cobrem largamente as necessidades actuais em termos de abastecimento de água, mesmo estando distribuídas de forma desigual no tempo e no espaço, com grau elevado de vulnerabilidade e com fracas capacidades adaptativas face aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Segundo dados do "Esquema Director do Sector de Água e Saneamento (1997-2006) - documento orientador da política do sector, os recursos hídricos do país são estimados em 140 M de m³/ano.

A rede das diferentes bacias hidrográficas existentes alimenta uma grande diversidade de zonas costeiras, incluindo húmidas, podendo situar-se no interior ou na zona costeira e marinha. Os recursos de água estagnante são constituídos pelas lagoas de Cufada, Bionra e Bedasse na região de Quinara, as lagoas de Cufar em Tombali, Olom-Cussantche em Mansoa, Bedaná e

CLUSTER DA ÁGUA

Guluga no Cubuceco - Bambadinca e vários vendus no interior continental a exemplo do Vendu Tcham em Boé.

No Arquipélago dos Bijagós destacam-se as lagoas de Canicussa e de Ancanacubê em Ænghor e a de Madina na ilha de Orango Grande. A lagoa de Cufada ocupa uma superfície de 413,5 hectares constituindo a maior reserva límnica do país.

Estas lagoas são importantes do ponto de vista socio-económico. Produzem serviços ambientais importantes, salientando-se a recarga do lençol freático, a produção de recursos haliêuticos, alimentos e nutrientes para a fauna de água doce e avifauna. Ecologicamente, as zonas húmidas constituem um elemento chave do ciclo da água e contribui na alimentação dos lençóis freáticos, na prevenção de inundação, estabilização do litoral, na retenção de sedimentos e produtos tóxicos e na retenção de elementos nutritivos.

Os recursos hídricos da Guiné-Bissau, são caracterizados em 3 (três) categorias a saber:

- 1) Recursos de águas superficiais (estimados em 13 820 milhões de m³)

Os recursos de águas superficiais são caracterizados principalmente pela existência de 2 (dois) principais rios transfronteiriços de água doce partilhados com países limítrofes vizinhos, nomeadamente: Kayanga/Geba (Senegal) - com uma superfície de 14 900 km² dos quais 10 mil km² no território da Guiné-Bissau, 4 400 km² no Senegal e 500 km² na Guiné-Conacri e 335 km de comprimento e, Koliba/Corubal (com uma superfície de

26 000 km² dos quais 8 800 km² na Guiné-Bissau, 17 200 km² na Guiné-Conacri) e 384 000 km de comprimento.

À nível nacional, apenas as bacias hidrográficas desses dois rios foram objecto de estudos aprofundados (medições diversas) que permitem a avaliação quantitativa e qualitativa destes recursos. Não houve nenhuma acção em outras bacias hidrográficas e a avaliação é feita por métodos analógicos ou analíticos que fornecem ordens de grandeza, até que as observações sejam realizadas. Até à presente data, a gestão das bacias hidrográficas desses rios tem sido de forma integrada, coordenada e concertada, através de Planos de acções baseados numa Gestão Integrada dos Recursos de Água (GIRA) no âmbito da Organização para Valorização do Rio Gâmbia (OMVG).

O rio Corubal, com volumes médios anuais de 130 000 milhões de m³ e caudais de estiagem importantes (11 m³/s em média), constitui o recurso de águas de superfície mais importante do país e possui grandes potencialidades hidroeléctricas.

O contributo hidráulico do rio Geba é mais modesto. A sua potencialidade é utilizada para fins agrícolas. O volume médio anual é estimado em 800 milhões de m³, verificando-se períodos de estiagem a nível de alguns dos seus afluentes, como é o caso de Bidigor. A diminuição dos caudais e o fraco declive do rio podem ter como efeito a subida das águas salgadas, pondo em perigo o potencial hidro-agrícola existente a montante de Bafatá. Alguns ordenamentos não permanentes extraem água para a irrigação em pequena escala.

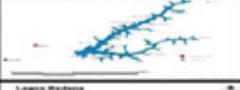
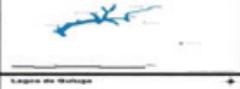
Lac	Coordonnées	Superficie (ha)	Profondeur (m)	Carte	Volume de H2O estimado (m3)
Cufada	11° 42' 54.2" N 15° 01' 35.2" W	4.477,83	1.5 – 6		268.669.800
Vendu Tcham	11° 52' 02.3" N 14° 09' 01.3" W	1.311,66	1.5 – 6		78.699.600
Olom	12° 06' 32.1" N 15° 15' 13.0" W	5.417,38	1.5 – 4		216.695.820
Bedaná	11° 49' 30.8" N 14° 58' 58.8" W	1.188,92	1.5 – 4		47.556.800
Guluga	11° 51' 05.0" N 15° 00' 24.5" W	1.324,15	1.5 – 4.		52.966.000

Figura 4: Recursos de água nas principais lagoas

Fonte: Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP)

- 2) Os recursos de águas subterrâneas (Estimados em 1 756 milhões de m³)

De acordo com a Síntese Hidrogeológica da Guiné-Bissau publicada em 2010, os recursos de águas subterrâneas são geralmente

abundantes, mas com baixas taxas de exploração e com um grau considerado de poluição de diversas ordens, como problemas de intrusão salina facilitada pela subexploração desses recursos, sobretudo na zona costeira do país.

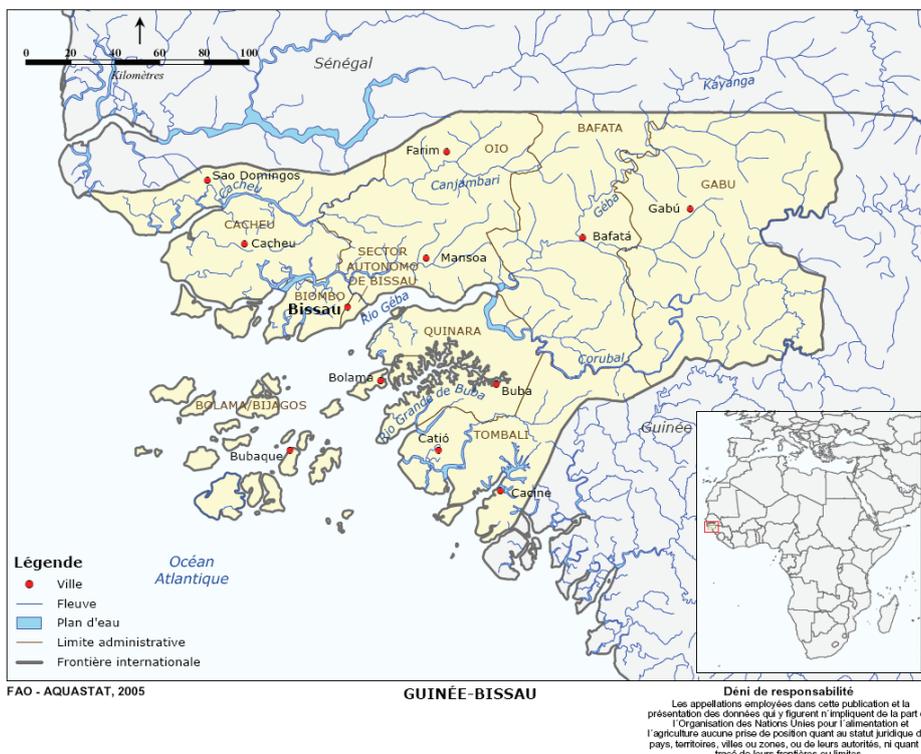


Figura 5: Os recursos de Água da Guiné-Bissau

3) Recursos de águas pluviais

São geralmente mal aproveitados, devido sobretudo a inexistência de infra-estruturas de retenção dessas águas para outros fins, como por exemplo a agricultura. A totalidade das águas das chuvas drenam directamente para o mar, fenómeno esse facilitado pela forma cónica do território nacional. Somente uma pequena parte deste recurso serve de renovação dos aquíferos subterrâneos destinados ao Abastecimento de Água Potável (AAP).

Actualmente, devido à quase inoperacionalidade do conjunto de estações que constituem a rede hidrométrica nacional e inoperacionalidade de furos de estudos (piezométricos), é impossível proceder a uma avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos de águas superficiais e subterrâneas.

Os recursos de águas pluviais são muito mais conhecidos e por conseguinte mais fáceis de quantificar em virtude da existência e operacionalização de estações/postos pluviométricos que constituem a rede de observação meteorológica nacional.

TABELA 7: PRINCIPAIS RIOS TRANSFRONTEIRIÇOS DE ÁGUA DOCE DA GUINÉ-BISSAU

RIO	DESCRIÇÃO
Geba	Geba – Tem uma superfície total de 14.900 km ² dos quais 10 mil km ² no território da Guiné-Bissau, 4.400 km ² no Senegal e 500 km ² na Guiné-Conacri e comprimento de 335 km)
Corubal	Corubal – Tem uma superfície total de 26.000 km ² dos quais 8.800 km ² na Guiné-Bissau, 17.200 km ² na Guiné-Conacri e 384.000 km de comprimento.

Fonte: Memorandum DGRH 2007

4. ORDENAMENTO E GESTÃO COSTEIRA

A zona costeira da Guiné-Bissau ocupa cerca de 70% do território nacional, constituindo a maioria dela, ecossistemas sob influência da água salgada associada às marés, estuários e rios. É uma das fontes mais importantes no concernente à conservação da biodiversidade e, possui águas com uma das mais elevadas produtividades primárias do mundo. É coberta por uma importante rede hidrográfica composta de diferentes

tipos de cursos de água e por uma grande variedade de ecossistemas que utilizam a rede como habitat, servindo como zonas de reprodução e rota de migração, albergando num espaço temporal determinado, um grande número de aves migradoras provenientes da Europa, Ásia e da sub-região e de desenvolvimento para alguns dos peixes pelágicos cuja maioria emigra ao longo da costa oeste africana.

A zona costeira da Guiné-Bissau que alberga grande parte da diversidade biológica a nível nacional, é coberta por uma

importante rede hidrográfica composta de cursos de água corrente e de cursos de água estagnante. Destacam-se nos primeiros os rios Geba e Corubal e os braços de mar em forma de rias de Cacheu, Mansoa, Rio Grande de Buba, Cumbijã e Cacine. Os rios Corubal e Geba são os únicos rios de água doce e detêm os recursos de água de superfície mais importantes do país, enquanto que a lagoa de Cufada constitui a maior reserva límnica do país.

Nas zonas costeiras, bem como nos diversos cursos de água da bacia hidrográfica da Guiné-Bissau, é bastante frequente observar diversas espécies de avifauna e de mamíferos (chimpanzés, diferentes espécies de macacos, gazelas pintadas, porco espinho, etc.).

A pesca e a agricultura são actividades principais que ocorrem nas zonas costeiras, mas também se pratica a colecta de moluscos e a pastagem do gado.

Ecologicamente, as zonas costeiras constituem um elemento chave no ciclo da água contribuindo para a alimentação dos lençóis freáticos, na prevenção de inundações e estabilização do litoral.

A protecção da zona costeira e zonas húmidas da Guiné-Bissau, estão salvaguardadas em vários instrumentos políticos no domínio do ambiente, dos quais se destacam: a Lei de bases do ambiente, Lei Quadro das Áreas Protegidas e o Plano Nacional de Gestão Ambiental. A instituição governamental responsável pela definição de políticas ambientais, é o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Durável (MADD). Alguns departamentos sob dependência da instituição como a Direcção-Geral do Ambiente (DGA), a Direcção-Geral da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (DGAAAC), são responsáveis pelo asseguramento dos trabalhos técnicos conducentes à emissão de certificados de conformidade e ou licença ambiental de diversos projectos à nível nacional, susceptíveis de causarem danos ao meio ambiente, incluindo zonas húmidas. Dos Actores Não Estatais (ANE) vocacionados e activos na defesa e protecção do meio ambiente destacam-se: UICN, TININGUENA, PALMEIRINHA e NANTINIANG.

5. CONSUMO E USO DA ÁGUA

Não existem estudos actualizados e detalhados sobre o uso de água nos sectores chaves como agricultura, energia, indústria, ou outros. Os últimos dados oficialmente existentes, são as constantes no “Esquema director do sector de água e saneamento (1997-2006)”, que apresenta algumas estimativas sobre o uso da água nesses sectores em 1996, fazendo projecções para 2001 e 2006. Em 2010 no quadro da componente institucional do Projecto de Apoio ao Sector de Água e Hidráulica Rural Solar (PASA - HRS), financiado pela União Europeia (UE) no quadro do 10º FED, deu – se inicio ao processo de actualização do Esquema Director. A primeira parte do trabalho foi iniciada com realização do inventário nacional dos pontos de água (furos; poços melhorados e outras infra-estruturas de abastecimento de água às populações), que culminou com a reconstituição do banco de dados de planificação hidráulica da DGRH, e a elaboração e validação nacional do Plano de Acção OMD – SMDD (2011 - 2020). Infelizmente, devido aos acontecimentos político-militares de 12 de Abril de 2012, a componente institucional do projecto foi suspensa, e por conseguinte, não se concluiu o processo de actualização/revisão do Esquema Director, que deveria incluir trabalhos de inventário nacional sobre utilização de água para outros fins. Assim, os resultados do inventário nacional de 2009 indicaram que 45% da população guineense utiliza fonte segura para consumo. No entanto, dados do último MICS 2014 (embora pouco exaustivos segundo a DGRH) apontam quase 74% como sendo AF que utilizam fontes seguras de água para consumo. O padrão definido como mínimo para o consumo humano no país, é de 25 l/p/dia.

No entanto, mesmo do ponto de vista da quantidade mínima frequentemente definido na Guiné-Bissau como 25 l/p/d, ainda não se conseguiu ter uma estimativa credível da taxa de serviço da população na Guiné-Bissau. A estimativa do recenseamento geral da população em 2009 parece a mais fiável, e diz que 67,51% da população abasteceu-se, principalmente, em poços tradicionais, 17,63% numa rede de abastecimento, 13,39% de uma canalização do vizinho, 12,53% de um furo, 2,64% de uma canalização no quintal da habitação, 1,60% de uma canalização no interior da casa e 0,21% de água mineral.

TABELA 8: ESTIMATIVAS DE CONSUMO DE ÁGUA POR DIFERENTES SECTORES

SECTOR DA ECONOMIA	Estimativas do Plano Director dos consumos de água em 2006 (em Mm ³ /ano)	Notas principais
Água potável em Bissau	8,7 - 9,7	
Água potável nos centros semi-urbanos	3,3	
Água potável nas aldeias (zonas rurais)	7,4 - 10,2	
Instalações hidro-agrícolas	229	A superfície das instalações não aumentaram tal como projectado no Plano Director, o consumo máximo de água é sem dúvida, muito baixo.

(continua)

SECTOR DA ECONOMIA	Estimativas do Plano Director dos consumos de água em 2006 (em Mm ³ /ano)	Notas principais
Criação de gado (pastagem)	5,3	As cabeças de gado foram em 2008 até três vezes mais que as estimativas do Plano Director e o consumo máximo de água é provavelmente superior.
Indústria	0,3	A procura aumentará visivelmente durante a operação em pleno das minas de fosfatos e de bauxite.

Fonte: EDAS

De um modo genérico, 100% da água utilizada para aprovisionamento às populações é proveniente de águas subterrâneas, enquanto 97% da água para actividades hidro-agrícolas é proveniente da água superficial. Para a pecuária, a estimativa é a utilização do mesmo volume das águas superficiais e subterrâneas.

A) AGRICULTURA

A irrigação é praticada essencialmente para rizicultura e cultivo nas bolanhas na zona Oeste do país, e é mais frequente na época chuvosa. Os equipamentos são constituídos de barragens anti-salinas e de instalações para drenagem de águas pluviais. Os equipamentos mais importantes foram construídos para cultura do mangrove que fornece 80% da produção nacional do arroz e 80% da superfície rizícola utilizando equipamentos tradicionais.

A partir da estimativa das necessidades de aprovisionamento de águas superficiais, chega-se a uma avaliação sobre a utilização anual dos recursos de águas superficiais:

Agricultura (rizicultura):	142 Mm ³
Agricultura (ponteiros):	1,5 Mm ³
Pastagem:	2,8 Mm ³
Total:	146,3 Mm ³ (EDAS)

A rizicultura é a actividade que mobiliza o maior volume das águas superficiais a partir de pequenas bacias hidrográficas, nomeadamente nos finais do período pluviométrico. Mais de 50% da água superficial utilizada para a prática de rizicultura na Guiné-Bissau, regista-se nas regiões da zona norte, sendo a restante distribuída de forma equitativamente nas zonas Sul e nas regiões continentais da parte Este do País.

Utilização actual das águas subterrâneas

As águas subterrâneas são principalmente utilizadas para o abastecimento de água às comunidades. No domínio agrícola as águas subterrâneas são utilizadas para consumo animal (gado essencialmente) e horticultura em pequena escala.

De acordo com EDAS (1996-2006), em 1996 as necessidades em termos de consumo de águas rurais compreendendo hidráulica rural e abastecimento tradicional, foram estimadas em 6,3-7,8 Mm³/ano, devendo passar a 6,8-8,9 Mm³ em 2001 (+11%), e a 7,4-10,2 Mm³/ano em 2006 (+25%), sendo que:

- As necessidades de AAP dos Centros Secundários (CS) em 1996 eram na ordem de 1,8 Mm³, valor que inclui todos os sistemas de AAP. Na altura projectou-se que em 2001 esse valor atingisse 2,5 Mm³ (+39%), e 3,3 Mm³/ano em 2006 (+83%).
- As necessidades de água na Capital, deverão passar de 7,2 Mm³ em 1996 à 5,7-6,0 Mm³/ano no horizonte de 2001 (-8%) e a 8,7-9,7 Mm³/ano em 2006 (+28%). A diminuição das necessidades esperadas em 2001 deveriam estar ligadas a perdas na exploração da rede.

Para pecuária (pastagem do gado);

As necessidades foram estimadas em 4,9 Mm³ ano em 1996, devendo atingir os 5,2 Mm³ em 2001 e 5,3 Mm³ em 2006.

Para o ordenamento hidro-agrícola;

O consumo anual passaria de 148 Mm³ em 1996 a 188 Mm³ em 2001, e a 229 Mm³ em 2006.

Assim sendo, de acordo com o EDAS, de um modo global em 1996 as necessidades globais em termos de consumo de água para o AAP às populações e actividades agrícolas, foram estimadas em 169 Mm³/ano, 209 Mm³/ano em 2001 e 256 Mm³/ano 2006.

Ainda na ordem das mesmas estimativas do EDAS de 1996, a proveniência das águas (recursos de águas superficiais e subterrâneas) utilizadas, é a seguinte:

- Num universo estimado de 169 Mm³/ano (5,4 m³/s), 23 Mm³/ano seriam provenientes das águas subterrâneas (dos quais 31% para Bissau e 8% para CSU), os restantes 146 Mm³/ano seriam os recursos de águas superficiais.

De um modo genérico, 100% da água utilizada para aprovisionamento às populações é proveniente das águas subterrâneas, enquanto que 97% das águas para actividades hidro-agrícolas são provenientes das águas superficiais. Para pecuária, a estimativa é a utilização do mesmo volume das águas superficiais e subterrâneas.

A instabilidade institucional dos últimos tempos no país, condicionou a aprovação formal da Política Nacional de Água (PNA), existindo o documento apenas em versão *draft*.

Também no quadro de actualização do EDAS interrompido após os acontecimentos político-militares de 12 de Abril de 2012, estava previsto a avaliação de estimativa de água para outros fins que não seja para o consumo humano, por exemplo: Agricultura e Indústria, entre outras.

CLUSTER DA ÁGUA

B) ENERGIA

O rio Corubal, com volumes médios anuais de 130.000 milhões de m³ e caudais de estiagem importantes (11 m³/s em média), constitui o recurso de águas de superfície mais importante do país e possui grandes potencialidades hidrelétricas. Contudo, apesar de estudos já realizados confirmarem este facto, actualmente, com a diminuição da pluviometria, e do impacto das obras realizadas a montante do rio Corubal (bacia hidrográfica da parte senegalesa denominada Kolyba), o caudal desse rio vem diminuindo consideravelmente, necessitando de estudos actualizados antes da realização de qualquer obra hidrelétrica preconizada.

TABELA 9: INDICADORES DA POTENCIALIDADE DE SALTINHO

Sítio	Débito equipado (m ³ /s)	Potência instalada (MW)	Energia média anual (GWh)	Energia garantida a 100% (GWh)	Energia mínima anual (GWh)	Reserva útil disponível (hm ³)	Reserva útil utilizada (hm ³)	Nível mínimo a montante (m)	Nível máximo a montante (m)
Saltinho	250	20	88,2	23,7	81,6	122	119	32,6	36

Fonte: OMVG, Relatório da Fase 1, Outubro 1996.

A produção de energia eléctrica na Guiné-Bissau baseia-se essencialmente em centrais termoeléctricas (a gasóleo, sendo este importado), apesar do País possuir potenciais recursos hídricos e de enorme jazigo solar (insolação média diária de 6 H), que podem ser canalizados para a produção de energia eléctrica. Os serviços públicos de fornecimento de água e energia eléctrica na Guiné-Bissau, foram confiados à Empresa de Electricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB), empresa pública, criada em 1983, aos termos do decreto de sua criação (Decreto n.º 32/83, de 19 Novembro 1983) e seus estatutos aprovados pelo Decreto n.º 58 / 90, de 27 de Dezembro de 1990.

A potência total instalada pela empresa para fornecimento de energia eléctrica à cidade de Bissau, é de 15 MW (fornecido através de grupos electrogéneos), o que representa apenas um terço das reais necessidades dos cidadãos de Bissau. O país não dispõe de nenhuma central de produção de energia de origem hídrica, apesar das potencialidades para o efeito do rio Corubal. Entretanto um estudo de previsão de procura, realizado para o SAB, no quadro do estudo do Plano Director de Energia (PDE), baseado numa pesquisa que considerou três categorias de

consumidores (domicílios, pequenas empresas e os serviços e profissionais) permitiu atingir os seguintes resultados:

- O consumo médio dos domicílios: 40 kWh por mês e por domicílio de 8 pessoas, são 60 kWh por ano e por pessoa;
- O número de pequenas lojas e serviços seria em torno de 48% do número de domicílios;
- 135 Profissionais foram recenseados, com uma potência total instalada de 23,9 kVA. O seu consumo potencial foi estimado em 75.736 kWh por ano.

Três cenários de evolução progressiva da taxa de electrificação a partir do seu nível estimado a 45% para 2010 foram propostos:

- Cenário optimista (SO): alcançar uma taxa de electrificação de 100% em 2025;
- Cenário realista (RS): alcançar uma taxa de electrificação de 75% em 2025;
- Cenário pessimista (SP) alcançar uma taxa de electrificação de 42% em 2025.

Os principais resultados das projecções de procura são apresentados na tabela seguinte:

TABELA 10: PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PROJEÇÕES DA PROCURA DE ELECTRICIDADE DO SAB

	2011	2015	2020	2025
Taxa de crescimento da população	2,34% ¹	2,34%	2,34%	2,34%
População estimada	406 276	445 659	500 299	561 639
Taxa de electrificação	46%	53%	63%	75%
Procura total (MWh)	92 332	121 388	168 577	233 543
Procura doméstica	11 213	14 172	18 911	25 274
Procura dos pcs ²	5 382	6 803	9 077	12 131
Procura dos profissionais	75 736	100 771	140 588	196 138
Ponto de potência (MW)	29	38	52	72
Número dos assinantes domésticos	23 361	29 525	39 399	52 654
Número dos assinantes pcs	11 213	14 172	18 911	25 274
Número dos assinantes profissionais	135	180	251	350

Fonte: Resultado do inquérito PDE

Nota-se uma procura (demanda) com predominância empresarial (profissional). Os clientes empresariais representam, de facto, mais de 82% da procura, contra 12% para as famílias e 6% para as pequenas empresas e serviços. Além disso, a demanda de energia por profissionais (empresários) crescerá cerca de 7% ao ano, contra 6% para a demanda doméstico e pequenos comércios e serviços.

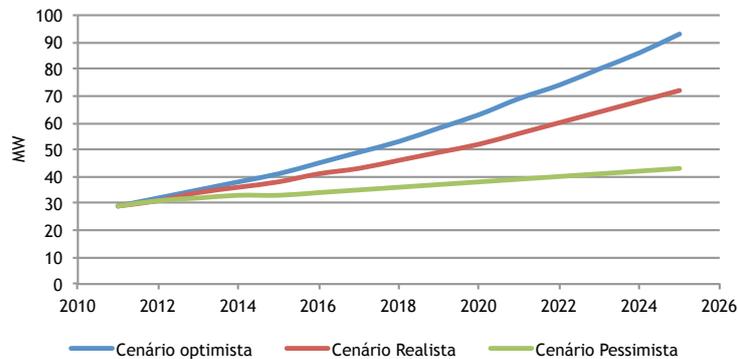


Figura 6: Projeções da procura de electricidade no SAB

Fonte: PDE

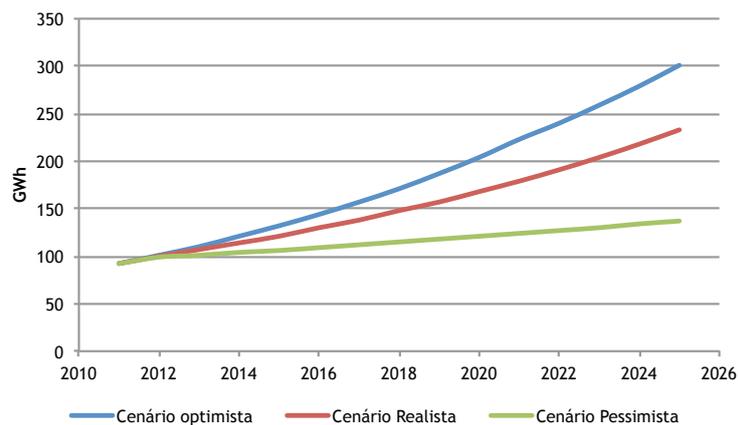


Figura 7: Projeções da procura em potência de ponta (pico) do SAB

Fonte: PDE

Assim o plano de investimento de electricidade da EAGB para o período 2014 – 2020 é o seguinte:

TABELA 11: PLANO DE INVESTIMENTO DE ELECTRICIDADE DA EAGB PARA O PERÍODO 2014 – 2020

Custo (em milhares de FCFA)	Total	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Programa para fortalecer o sistema de produção								
3 Grupos de 5 MW (BOAD) (& Reabilitação de 5 grupos existentes)	17 970 000	3 594 000	7 188 000	7 188 000	-	-	-	-
Programa de transporte de energia								
	11 936 082	1 193 608	1 790 412	1 790 412	1 790 412	1 790 412	1 790 412	1 790 412
Programa de expansão e intensificação de redes de distribuição (PEDRED)								
Redes MT	2 549 049	254 905	382 357	382 357	382 357	382 357	382 357	382 357
Redes BT	2 797 657	279 766	419 649	419 649	419 649	419 649	419 649	419 649
Conexões	655 957	65 596	98 394	98 394	98 394	98 394	98 394	98 394
Custo Total	29 906 082	4 787 608	8 978 412	8 978 412	1 790 412	1 790 412	1 790 412	1 790 412

CLUSTER DA ÁGUA

Apesar da instalação de 10 MW fotovoltaicos em 2014, a reabilitação dos grupos diesel existentes em 2015 e a instalação de 15 MW em 2017, o parque de produção instalada, acusará um défice de potência de 17 a 33 MW em relação à procura no período 2013 – 2017.

Não significa que a partir de 2018, com a entrada ao serviço das

linhas de interconexão da Organização para o Aproveitamento do Rio Gâmbia (OMVG), que o parque de produção da EAGB poderá fazer face à procura. Se for retomado para o plano de produção, uma taxa de disponibilidade média anual da potência reservada para Bissau (20MW) através de interconexão do OMVG de 50%.

TABELA 12: PLANO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA PARA O PERÍODO 2014 – 2020

Em MWh	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Procura de energia através central (1)	112 515	143 230	152 465	161 469	170 278	180 921	191 564
Produção de energia solar (2)	8 001	12 002	16 002	16 002	16 002	16 002	16 002
Importações interconecções (3)	0	0	0	0	87 600	87 600	87 600
Procura térmica (4) = (1) - (2) - (3)	104 514	131 229	136 454	145 467	66 676	77 319	87 962
Potencial de produção térmica (5)	30 660	43 800	43 800	109 500	197 100	197 100	197 100
Produção térmica (6) = Min (4;5)	30 660	43 800	43 800	109 500	66 676	77 319	87 962
Procura através central servido (6) = (2) + (5)	38 661	55 802	59 802	125 502	170 278	180 921	191 564

A nível descentralizado, em algumas cidades capitais, destacam-se alguns projectos de electrificação, nomeadamente:

- Construção de central eléctrica de 5 MW na Cidade de Buba e construção de 132 Km de linha de 30 KV, para electrificação das Cidades/Centros Secundários das regiões de Quinara e Tombali, nomeadamente: Buba, Fulacunda e Empada – Região de Quinara; Quebo e Catio – Região de Tombali. Projecto financiado pelo governo Indiano, num montante de USD 20 000 000;
- Aproveitamento da linha de interconexão da OMVG para electrificação de catorze (14) localidades próximas dos quatro (4) postos de transformação da OMVG, nomeadamente em Bafata, Gabu, Mansoa e Contuboeil. Projecto financiado pelo Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD);
- Construção de central eléctrica a fuel com capacidade de 15 MW com financiamento do BOAD, que posteriormente será acrescido de mais 20 MW com financiamento do Banco Árabe para Desenvolvimento Económico de África (BADEAA).

Apesar das infra-estruturas de fornecimento de energia se encontrarem em avançado estado de degradação, em alguns Centros Secundários (CS) como as Cidades de Bafatá, Gabu e Canchungo, o fornecimento público de energia é

deficientemente assegurado pelas Direcções Regionais de Energia (DRE).

O aproveitamento dos recursos hídricos para produção energética é encarado pelo Governo Guineense como sendo prioritário, não apenas pela procura de energia mais barata, mas na busca fundamentalmente de energia limpa, considerando a fragilidade e vulnerabilidade do ecossistema do País.

C) INDÚSTRIA

Por ser um ramo de actividade bastante embrionário no país, a indústria utiliza pouca água comparativamente a outros sectores. De acordo com dados da Direcção-Geral da Indústria (DGI), do Ministério da Energia e Indústria (MEI), até 2016 foram registadas: Setenta e duas (72) pequenas unidades industriais (micro-indústrias), operando nas seguintes actividades: Mecânica auto, carpintaria, serralharia, serração, descasque de arroz, vinte e três (23) no ramo de destilaria de aguardente, e vinte e cinco no empacotamento/engarramento de água.

O estudo “Análise Económica e Financeira do Sector de Água e Saneamento na Guiné-Bissau”, realizado em Julho de 2012 no quadro da componente institucional do PASA – HRS, apresenta alguns dados de utilização de água em algumas actividades de pequena indústria, nomeadamente:

Produção de gelo

TABELA 13: PRODUÇÃO DE GELO ESTIMADA NAS CONTAS NACIONAIS (EM T)

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
7.372	7.523	7.677	7.835	7.995	8.159	8.326	8.497

Fonte: INE

CLUSTER DA ÁGUA

Produção de bebidas

A tabela que se segue retrace a produção estimada de bebidas, onde a água utilizada é localmente engarrafada ou embalada:

TABELA 14: PRODUÇÃO ESTIMADA DE BEBIDAS

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
3.313	3.381	3.450	3.521	3.593	3.667	3.742	3.818

Com o crescimento exponencial de pequenas unidades industriais, como sejam de transformação de castanha de caju e de frutas, de engarrafamento de água, em termos de futuro, evidencia-se o aumento do uso e consumo de água no sector industrial.

TABELA 15: UNIDADES DE EMPACOTAMENTO DE ÁGUA REGISTRADAS NA DGI/MEI

N.º	NOME DA EMPRESA	PROMOTOR	N.º ALVARÁ	DATA EMISSÃO
01	KAWSAR ÁGUA EDEN	Ibraima Imad	033/2011	22/12/2011
02	ROYAL	Mohamed Agmed Salimo	026/2011	27/10/2011
03	NIMBA	Abdoulaye Sadio Diallo	023/2012	25/06/2012
04	LONGA VIDA	Lamine Djaló	020/2012	20/11/2012
05	BELLAS ÁGUAS	Mamadu Tairo Baldé	007/2013	11/03/2013
06	-----	Ussumane Djalo	033/2013	26/08/2013
07	-----	Yogouba Haidara	034/2013	16/09/2013
08	NIMBA	Abdoulaye Sadio Diallo	014/2013	29/04/2013
09	MARABU	Lemrabott Ould S.O. Sidiya	028/2014	22/08/2014
10	DUMA	Amadu Baldé	026/2014	19/08/2014
11	ÁGUA GLÓRIA	Aliu Baldé	036/2014	11/11/2014
12	GRAND PRIX	Mamadou Saidou Baldeh	039/2014	27/11/2014
13	GS DJAM DJAM	Malam Nancó	004/2015	11/02/2015
14	GRUPO BADORA	Mamadu Djaló	002/2014	07/01/2014
15	GARDETE GELO	Agostinho Sousa Cordeiro	014/2013	18/07/2013
16	CEM BISSAU	Francisco J. Guirão Garcia	044/2014	10/11/2014
17	GS-DJAM-DJAM	Malam Nancó	004/2015	11/02/2015
18	TATI GELO	Augusto Tchiba	020/2015	09//09/2015
19	----	Lassana Sillah	022/2015	15/09/2015
20	SUEMPA	Manuel Fernando Sico	024/2015	13/10/2015
21	ÁGUA NASCENTE DO RIO GEBA	Adulai Baldé	027/2015	10/11/2015
22	SOW & BÁ	Abdulai Bá	002/DGI/2016	04/01/2016
23	ÁFIA ÁGUA MINERAL	Codo Djaló	003/DGI/2016	08/02/2016
24	----	Fernando Manuel Sicó	010/DGI/2016	21/06/2016
25	----	Humberto Gomes	019/GGI/2016	02/08/2016

Fonte: Banco de dados da DGI/MRN - 2017

CLUSTER DA ÁGUA

D) MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

A um ritmo ainda lento, a Guiné-Bissau vem caminhando para a implementação do sistema de autarquias. Neste âmbito, também se preconiza que a gestão dos serviços de abastecimento de água seja delegado nos municípios que passam a gerir as infra-estruturas públicas de abastecimento de água às populações localmente.

De acordo com o Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS - 2014), 74,8% da população guineense tem acesso a fonte segura de água para consumo e apenas 26% tem acesso a água canalizada.

Apesar de deter o contrato de exploração dos serviços públicos de abastecimento de água às populações também para CS do país, as actividades da EAGB (fornecimento de energia eléctrica e água) concentram-se única e exclusivamente em Bissau. Em alguns CS mais importantes que possuem sistemas (térmicos ou fotovoltaicos) casos de Bafatá, Bambadinca, Farim, Mansoa, Catio, Nhacra, Bula, Pitche, Pirada, entre outros, os serviços públicos de abastecimento de água às populações, foram delegados às estruturas de gestão criadas, que estão organizadas em Associações de Interesses Hídricos (AIH) nas próprias comunidades, pela instituição do estado responsável pelo sector das águas, seja o Ministério dos Recursos Naturais (MRN), através da sua DGRH, das quais por exemplo se destacam: Associação para a Protecção de Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB), Associação Comunitária para Desenvolvimento de Bambadinca (ACDB), Associação Wede Bontche (Mansoa), Associação de Consumidores de Água de Catio (ACAC), e AIH's de Nhacara, Farim e Bula.

Apesar da liberalização do sector da água preconizada no EDAS em 1992, permitindo a participação do sector privado, a delegação dos serviços públicos de água na Guiné-Bissau na sua grande maioria ainda continua uma gestão comunitária, com as comunidades beneficiárias a se organizarem em estruturas de gestão. No entanto, tem-se verificado uma grande evolução destas estruturas comunitárias. Um exemplo concreto, é a ASPAAB, que é a estrutura comunitária de gestão dos serviços de abastecimento de água na Cidade de Bafatá, que evoluiu para uma organização semi-profissional, realizando actividades geradoras de renda não somente pelos serviços de gestão de serviços públicos de água na cidade de Bafatá, mas também desenvolvendo actividades de formação e de reforço de capacidades no domínio da água e saneamento.

A contribuição da ASPAAB para a implementação das políticas do Governo surge em duas dimensões:

- A primeira é a revitalização, reabilitação e gestão eficiente do fornecimento de água na 3ª maior cidade do país;
- Em segundo, a experiência adquirida e fortemente documentada da concessão atribuída à ASPAAB permite ao Governo avançar para um processo de replicação junto de outras regiões e com actores que detenham um perfil semelhante à ASPAAB, em especial no que toca ao esforço pela boa gestão, transparência, compromisso, reconhecimento da população local e sem esquecer a capacidade de mobilização de parceiros com

conhecimento sólido de produção, distribuição e gestão de sistemas de abastecimento de água. Este segundo aspecto é possivelmente a maior contribuição da ASPAAB para o Governo e população da Guiné-Bissau.

E) ECOSISTEMAS

A Guiné-Bissau é um país rico em biodiversidade. Não obstante, independentemente de factores naturais, actuações antrópicas têm provocado consideráveis degradações dos ecossistemas terrestres, fragmentação dos habitats, erosão do solo, perda de serviços de ecossistemas e diminuição rápida da diversidade biológica.

As zonas húmidas continentais ou do interior são por sua vez ecossistemas de água doce alimentadas tanto pelos rios interiores como pelas águas das chuvas e subterrâneas.

As zonas húmidas costeiras e marinhas da Guiné-Bissau cobrem uma superfície de aproximadamente 18.000 km². A maioria delas são ecossistemas sob influência da água salgada associada às marés, estuários e rios.

Os cursos de água estagnante são constituídos pelas lagoas de Cufada, Bionra e Bedasse na região de Quinará, as lagoas de Cufar em Tombali, Olom-Cussantche em Mansoa, Bedaná e Guluga no Cubuceco-Bambadinca e vários vendus no interior continental a exemplo do Vendu Tcham em Boé (SÁ et al.). No Arquipélago dos Bijagós destacam-se as lagoas de Canicussa e de Ancanacubê em Anghor e a de Madina na ilha de Orango Grande. A lagoa de Cufada ocupa uma superfície de 413,5 hectares constituindo a maior reserva límnica do país.

Estas lagoas são importantes do ponto de vista socio-económico. Produzem serviços ambientais importantes salientando-se a recarga do lençol freático, a produção de recursos haliéuticos e alimentos e nutrientes para a fauna de água doce e avifauna. Para as comunidades do entorno, os seus serviços estão na base de actividades socio-económicas importantes como a pesca, agricultura, colecta de moluscos, pastagens para o gado e actividades de lazer e recreativas.

Ecologicamente, as zonas húmidas constituem um elemento chave do ciclo da água e contribuem para a alimentação dos lençóis freáticos, na prevenção de inundações, estabilização do litoral, na retenção de sedimentos e produtos tóxicos e na retenção de elementos nutritivos.

Nos diversos rios e cursos de água da bacia hidrográfica da Guiné-Bissau, bem como em zonas húmidas, é bastante frequente observar-se diversas espécies de avifauna e diversificadas de mamíferos (chimpanzés, diferentes espécies de macacos, gazelas pintadas, porco espinho, etc.), ou muita das vezes circundarem sítios considerados sagrados pelas comunidades locais, onde se pode observar e apreciar a flora e fauna selvagem excepcionais.

A zona costeira da Guiné-Bissau que alberga grande parte da diversidade biológica a nível nacional, é coberta por uma importante rede hidrográfica composta de cursos de água corrente e de cursos de água estagnante. Destacam-se nos primeiros os rios Geba e Corubal e os braços de mar em forma de rias de Cacheu, Mansoa, Rio Grande de Buba, Cumbijã e Cacine. Os

CLUSTER DA ÁGUA

rios Corubal e Geba são os únicos rios de água doce e detêm os recursos de água de superfície mais importantes do país, enquanto que a lagoa de Cufada constitui a maior reserva límnica do país.

A zona costeira da Guiné-Bissau que ocupa cerca de 70% do território nacional, constitui uma das fontes mais importantes no concernente à conservação dos ecossistemas, e possui águas com uma das mais elevadas produtividades primárias do mundo. É coberta por uma importante rede hidrográfica composta de diferentes tipos de cursos de água e por uma grande variedade de ecossistemas que utilizam a rede como habitat, servindo como zonas de reprodução e rota de migração, albergando num espaço temporal determinado, um grande número de aves migradoras provenientes da Europa, Ásia e da sub-região e de desenvolvimento para alguns dos peixes pelágicos cuja maioria emigra ao longo da costa oeste africana.

A rede das diferentes bacias hidrográficas existentes alimenta uma grande diversidade de zonas húmidas dependentes do regime hidrológico. A pesca e a agricultura são actividades principais que ocorrem nesta zona, mas também se pratica a colecta de moluscos, a pastagem do gado e as actividades de lazer.

Ecologicamente, as zonas húmidas constituem um elemento chave do ciclo da água contribuindo para a alimentação dos lençóis freáticos, prevenção de inundações e estabilização do litoral.

6. CONDIÇÕES DE ACESSO AO MERCADO

A) REQUISITOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS

A criação/formalização de empresas no território da Guiné-Bissau, incluindo as especializadas no sector das águas, é feito de

forma centralizada e com procedimentos bastante simplificados. Para isso foi criado o Centro de Formalização de Empresas (CFE), que é uma estrutura sob dependência do Ministério da Economia e Finanças (MEF), responsável pela formalização de empresas/sociedades, independentemente do ramo de actividade. Actualmente, o tempo máximo para constituição de uma empresa/sociedade, não ultrapassa as 48 h.

Como membro da Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (OHADA) a Guiné-Bissau aceita as formas societárias previstas no *Acte Uniforme Révisé Relatif au Droit des Sociétés Commerciales et du Groupement d'Intérêt Économique* (2014).

No âmbito do licenciamento/alvará necessário para o exercício das actividades económicas, em 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 8/2011, de 10 de Maio, que consagra o princípio de livre acesso ao exercício de qualquer actividade económica nos sectores da indústria, comércio e turismo. A mais importante reforma operada por este diploma visou a eliminação da regra do licenciamento prévio, introduzindo-se a da simples declaração de início de actividade. Assim, quando não haja uma sujeição especial do exercício de determinada actividade à obtenção de um alvará prévio, ela presume livre e o agente deve apenas declarar o início da sua actividade à autoridade do sector (fonte: AICEP).

B) SISTEMA FISCAL

O Sistema Fiscal da Guiné-Bissau está actualmente a ser reformulado, existindo diversos códigos e regulamentos que regulam a legislação fiscal guineense (AIP, 2014).

Principais impostos e taxas

TABELA 16: PRINCIPAIS IMPOSTOS E TAXAS NA GUINÉ-BISSAU

IMPOSTOS E TAXAS	BREVE DESCRIÇÃO
Contribuição Industrial – 25%:	Incide sobre rendimentos provenientes de actividades de exercício de natureza comercial ou industrial, com carácter empresarial, e rendimentos provenientes da actividade de exploração de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos, para pessoas singulares ou colectivas que possuam rendimentos provenientes de tais actividades, que tenham sede social ou representação no país.
Imposto Profissional	Todos os indivíduos que auferirem rendimentos de trabalho que resultem de relações de trabalho subordinado ou contrato de prestação de serviços ou por conta própria no país, ainda que nele não tenham residência permanente. - trabalhadores por conta de outrem – Taxas entre 1% e 12% - trabalhadores por conta própria – Taxas entre 10 e 25%
Imposto Geral sobre vendas e serviços – 10%:	Transmissões de bens móveis efectuados no território nacional, importações de bens; prestação de serviços em geral por pessoas singulares sem vínculo de emprego ou colectivas que desenvolvam uma actividade de produção, comércio ou prestação de serviços.
Imposto de capitais – 25% (excepto no caso de lucros ou dividendos atribuídos aos sócios, lucros auferidos nas contas em participação e rendimentos provenientes da concessão ou cedência de patentes, na qual a taxa é de 10%):	Juros de capitais mutuados; juros de mora; lucros e dividendos atribuídos aos sócios; lucros auferidos nas contas em participação; juros de depósito; juros de suprimento, Juros de conta corrente; juros de obrigações; rendimento de trespasse; e royalties.

Destacar ainda que existe uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre Portugal e a Guiné-Bissau (<https://dre.pt/application/file/a/493137>). Para mais informação sobre o Sistema Fiscal na Guiné-Bissau, consulte a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (<http://www.dgci.gw/legislacao>).

Importação/Exportação

Como membro da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), a Guiné-Bissau possui acordo aduaneiro com os restantes Estados-membros da organização, aplicado às suas trocas comerciais. Em 2015, foi estabelecida uma Pauta da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental), que se destina às importações dos países da UEMOA e alguns da CEDEAO, definindo os seguintes direitos aduaneiros:

- Bens sociais essenciais, material informático, bens de equipamento, bens culturais e científicos – 0%
- Matérias-primas, incluindo petróleo e cereal para a indústria – 5%
- Produtos intermédios, incluindo veículos – 10%
- Bens de consumo final – 20%
- Bens específicos para o desenvolvimento económico - 35%

Para além das tarifas alfandegárias acima referidas, outros impostos e taxas que poderão ser aplicadas são:

- a Taxa Estatística (1%);
- o Imposto Comunitário de Solidariedade (1%);
- a Taxa CEDEAO (0,5%);
- o Imposto Especial Sobre o Consumo (variável de acordo com o tipo de produto);
- Imposto Geral sobre as Vendas e Serviços; e
- emolumentos pelos serviços aduaneiros.

C) BARREIRAS AO COMÉRCIO

As barreiras nas actividades comerciais no país são praticamente inexistentes. A integração do país nas organizações sub-regionais, tem trazido enormes vantagens e facilidades através de simplificação de procedimentos para prática de actividades comerciais no seu todo.

Assim, de um modo geral não existem restrições à entrada de mercadorias na Guiné-Bissau, à excepção de algumas mercadorias em que a sua importação é proibida por razões de segurança ou necessidade de protecção da vida humana, da fauna e flora selvagens, do património industrial e comercial, do património nacional, artístico, histórico e arqueológico e da propriedade intelectual.

Qualquer pessoa ou entidade pode ser importador. Contudo, as pessoas singulares, colectivas privadas, mistas, e cooperativas que pretendam realizar operações de importação, a título comercial, devem estar obrigatoriamente inscritos como importadores no Ministério do Comercio.

No envio da mercadoria podem ser solicitados documentos específicos pelo importador ou outros organismos oficiais, tais como certificados de origem, veterinários ou fitossanitários, pelo que todos os aspectos associados à operação devem ser conferidos com o importador local para que não surjam problemas na entrada da mercadoria no país.

D) SISTEMA LABORAL

A legislação laboral na Guiné-Bissau é determinada pela Lei n.º 2/86, de 5 de Abril de 1986 – a Lei Geral de Trabalho (LGT), que é aplicável às relações laborais entre empregadores e trabalhadores na Guiné-Bissau:

TABELA 17: RELAÇÕES LABORAIS NA GUINÉ-BISSAU

RELAÇÃO LABORAL	BREVE DESCRIÇÃO
Direitos e Deveres do Empregador	Fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho, organizando-o; Estabelecer e alterar o horário de trabalho, em conformidade com os limites fixados na lei; Assegurar o cumprimento da disciplina no trabalho e aplicar sanções disciplinares; Tomar medidas necessárias à prestação do trabalho nas melhores condições. Tratar o trabalhador com lealdade e respeito e não adoptar procedimentos discriminatórios; Proporcionar condições adequadas de trabalho, nomeadamente de segurança e higiene; Facilitar o exercício de funções de representação sindical ou de trabalhadores na empresa; Estimular a capacidade criativa e o grau de empenhamento dos trabalhadores; Pagar pontualmente a retribuição devida; Organizar a comunicação e informação na empresa.
Garantias do trabalhador	O empregador é proibido de: Se opor a que o trabalhador exerça os seus direitos; Punir o trabalhador ou despedi-lo sem procedência de processo disciplinar; Diminuir a retribuição, salvo excepções expressamente previstas na lei; Encarregar o trabalhador de serviços não compreendidos no objecto de contrato; Baixar a categoria do trabalhador, salvo excepções previstas na lei; Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo excepções previstas na lei.

(continua)

RELAÇÃO LABORAL	BREVE DESCRIÇÃO
Direitos do trabalhador	Exercer uma actividade correspondente à categoria profissional para foi contratado; Receber com pontualidade a retribuição devida; Ser tratado com lealdade e respeito e não ser objecto de discriminação; Gozar de repouso semanal e férias anuais pagas; O exercício das tarefas ajustadas em condições de segurança e higiene; Recusar prestação de trabalho extraordinário; Protecção nos riscos sociais; Tudo o que esteja previsto no contrato de trabalho, das convenções colectivas e regulamentos da empresa.
Deveres do trabalhador	Observar as obrigações do contrato de trabalho; Tratar com lealdade e respeito o empregador e superiores hierárquicos; Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade; Prestar trabalho de acordo com as normas da organização; Exercer com zelo e diligencia as tarefas ajustadas; Observar os procedimentos de protecção contra acidentes de trabalho e regras de higiene e segurança; Guardar sigilo profissional; Não negociar por conta própria ou alheia em concorrência com a empresa; Zelar pela conservação normal dos instrumentos de trabalho.
Período normal de trabalho	O período normal de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias e 45 por semana, salvo excepções previstas na lei. O empregador pode fixar a repartição do período normal de acordo com as seguintes opções: 6 dias úteis, com descanso semanal ao domingo; 5.5 dias úteis, com descanso complementar de ½ dia e descanso semanal ao domingo; 5 dias úteis, com um dia de descanso complementar e descanso semanal ao domingo.
Férias	O período anual de férias é de trinta dias consecutivos. O período de férias é remunerado como se o trabalhador estivesse ao serviço.

Relativamente à contratação de estrangeiros, a legislação da Guiné-Bissau em matéria laboral (LGT) não prevê um tratamento excepcional em matéria de contratação de estrangeiros. O que tem acontecido na prática, é que independentemente do contrato a ser assinado, os estrangeiros devem estar munidos de autorização de entrada e de permanência no país, cartão de estrangeiro e serem inscritos na segurança social.

Para mais informação, consulte a Lei Geral do Trabalho ([http://www.gddc.pt/CPLP/Lei%20\(ANP\)%200286.pdf](http://www.gddc.pt/CPLP/Lei%20(ANP)%200286.pdf)).

E) REGIME APLICÁVEL A QUADROS EXPATRIADOS

A Lei Geral do Trabalho (LGT) de 5 de Abril é omissa quanto ao regime aplicável a quadros expatriado, não apresentando nenhum dispositivo nesta matéria.

F) SISTEMA FINANCEIRO

A nível do Ministério da Economia e Finanças, existe uma estrutura de apoio/incentivo a investimento privado, com mandato de entre outros fornecer orientações precisas e prestar toda a assistência necessária à promoção do investimento privado. O sector bancário guineense é composto por cinco bancos comerciais, três seguradoras com especialidades nas áreas de propriedades e seguros contra acidentes e um sistema de microcrédito ainda embrionário.

O maior banco, BCEAO, domina o mercado com mais de dois terços do total dos depósitos.

Instituições bancárias são:

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, CP 38
Bissau/Guiné-Bissau
Tel (+245) 325 63 25
Fax: (+245) 325 63 00
Site : www.bceao.int

Banco da África Ocidental (BAO)

Rua Guerra Mendes, 184 A/C – Bissau/Guiné-Bissau
Tel.: (+245) 320 34 18/19
Fax: (+245) 320 341 22
site: www.bao.gw

Banco da União (BDU)

Avenida Domingos Ramos, n.º 33 Bissau – CP 874
Bissau/Guiné-Bissau
Tel.: (+245) 20 71 60
Fax: (+245) 20 71 60
site: www.bao.gw

EKOBANK

Avenida Amilcar Cabral – CP 126 – Bissau/Guiné-Bissau
Tel.: (+245) 320 73 60/1
Fax: (+245) 320 73 63
e-mail: ecobankgw@ecobank.com
site: www.ecobank.com

CLUSTER DA ÁGUA

ORABANK Guiné-Bissau

Avenida Pansau na Isna
Apartado 391 – 1300 Codex Bissau
Tel.: (+245) 96 667 29 07/ 95 580 96 37
Fax: (+245) 320 71 13
e-mail: infoguinebissau@orabank.net

G) REGIME APLICÁVEL AO REPATRIAMENTO DE LUCROS E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Não existe uma legislação específica aplicável nessa matéria. A empresa é livre de proceder a transacções financeiras respeitando regras bancárias, sendo permitida a transferência de dividendos ou lucros distribuídos, bem como o produto da cessão, venda ou liquidação do investimento efectuado, incluindo as mais-valias, após pagamento dos impostos devidos.

H) LEGISLAÇÃO CONTRATUAL

A contratação pública encontra-se regulada no Decreto-Lei n.º 2/2012, de 20 de Agosto, que estabelece os princípios gerais a que devem obedecer os processos e procedimentos de adjudicação dos contratos públicos e de delegações de serviço público, regula a forma como os contratos públicos podem ser celebrados e disciplina outros aspectos importantes da execução dos contratos, incluindo obrigações, responsabilidades e direitos das partes, modificação e extinção dos contratos e sanções, tendo como entidade reguladora a Autoridade de Regulação dos Concursos Públicos (ARCP).

I) ACORDOS BILATERAIS COM PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

Ao nível das suas Relações Internacionais e Regionais, destacamos os seguintes Acordos Comerciais e Organizações que a Guiné-Bissau integra:

TABELA 18: PRINCIPAIS ACORDOS E ORGANIZAÇÕES QUE A GUINÉ-BISSAU INTEGRA

ACORDO OU ORGANIZAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO
União Europeia	A União Europeia possui relações comerciais com a Guiné-Bissau através do estabelecimento do Acordo Cotonu, acordo estabelecido entre os países da UE e 79 países de três continentes, que abrangem os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), o qual pretende reduzir a pobreza tendo em vista a sua erradicação, apoiar o desenvolvimento económico, cultural e social sustentável dos países parceiros e facilitar a integração progressiva das suas economias na economia mundial.
Organização das Nações Unidas (United Nations – UN):	A Guiné-Bissau é membro das Nações Unidas e possui várias agências especializadas presentes no país, nomeadamente: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a UNICEF, a UNIOGBIS (Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau), ente outras,
Organização Internacional da Francofonia (OIF)	Tem por missão dar corpo a uma solidariedade activa entre os 80 Estados e governos que a compõem (58 membros e 26 observadores).
Organização Mundial do Comércio (OMC)	A Guiné-Bissau é membro da OMC desde 1995, uma organização internacional global que lida com as regras do comércio entre nações.
União Africana (AU)	Organização internacional que promove a integração entre os países do continente africano nos mais diferentes aspectos.
Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	União comercial criada no intuito de fomentar a auto-suficiência colectiva dos Estados-membros, intervindo nos sectores de actividades económicas ligados à indústria, aos transportes, às telecomunicações, à energia, à agricultura, aos recursos naturais, ao comércio, às questões monetárias e financeiras bem como aos assuntos sociais e culturais.
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	A Guiné-Bissau é membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em Julho de 1996.
Banco Mundial (BM)	A Guiné-Bissau integrou o Banco Mundial em 1977, três anos após a sua independência. A primeira operação no país foi aprovada em 1979 para um projecto de construção e restauração rodoviária. Desde então, o BM aprovou 43 projectos para a Guiné-Bissau no valor de cerca de US 511 mil milhões.
Banco Africano de Desenvolvimento (ADB)	Desde o início da sua cooperação com a Guiné-Bissau em 1976, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) financiou 38 operações (24 projectos, 7 operações de apoio institucional, 3 estudos, 3 operações de assistência de emergência e uma linha de Crédito representando compromissos líquidos totais de cerca de 150 mil milhões de francos CFA.

CLUSTER DA ÁGUA

Relativamente a Portugal, e de acordo com informação da AICEP, os principais acordos que a Guiné-Bissau assinou com Portugal são:

- Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal Diplomas Legais:
 - Aviso n.º 94/2013, DR n.º 197, Série I, de 11 de Outubro
 - Decreto do Presidente n.º 70/2009, DR n.º 146, Série I, de 30 de Julho
 - Resolução da Assembleia da República n.º 55/2009, DR n.º 146, Série I, de 30 de Julho
 Entrada em Vigor: 05.07.2012
<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2009/07/14600/0489804906.pdf>
- Convenção sobre Segurança Social (assim como o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção) Diplomas Legais:
 - Decreto n.º 30/99, DR n.º 185, Série I-A, de 10 de Agosto
 Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor
<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1999/08/185A00/51585165.pdf>
 - Decreto n.º 35/94, DR n.º 269/94, Série I-A, de 21 de Novembro
 Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor
<http://dre.pt/pdf1s/1994/11/269A00/69086915.pdf>
- Acordo sobre Promoção e Protecção de Investimentos Diplomas Legais:
 - Aviso n.º 136/98, DR n.º 160, Série I-A, de 14 de Julho
 - Decreto n.º 41/92, DR n.º 232, Série I-A, de 8 de Outubro
 Entrada em Vigor: 08.04.1996
<http://dre.pt/pdf1s/1992/10/232A00/46944698.pdf>

- Protocolo de Cooperação na Área do Comércio e Turismo Diplomas Legais:

- Decreto n.º 41/91, DR n.º 145, Série I-A, de 27 de Junho
 Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor
<http://dre.pt/pdf1s/1991/06/145A00/32663267.pdf>

J) INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

As operações de investimento na Guiné-Bissau regem-se pelo Código de Investimento, aprovado pela Lei n.º 13/2011, de 6 de Julho. O Código considera Investimento Estrangeiro todo aquele que é realizado por pessoa singular ou colectiva, de qualquer nacionalidade, em actividades económicas no território da Guiné-Bissau, com recursos que não sejam originários do país. Estão excluídos do âmbito deste Código os investimentos nas áreas de exploração mineira, petrolífera e florestal, bem como os realizados em zonas francas e lojas francas, que se regem segundo legislação própria ou por contratos de investimento. Ao nível do investimento, importa destacar a importância da adesão da Guiné-Bissau à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (*Multilateral Investment Guarantee Agency – MIGA*¹), do Banco Mundial, e ao Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica (*Fonds Africain de Garantie et de Coopération Economique – FAGACE*). Com a adesão da Guiné-Bissau à MIGA, em 31 de Maio de 2006, foi dado um importante contributo para a melhoria das condições de investimento no país. O crescimento e a consolidação do sector privado beneficiam, ainda, da adesão da Guiné-Bissau, em 7 de Março de 2006, ao FAGACE, criado em 1977 com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países membros e promover os investimentos públicos e privados. Um investidor na Guiné-Bissau beneficia dos seguintes incentivos e benefícios:

TABELA 19: PRINCIPAIS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS AO IDE

INCENTIVO/BENEFÍCIO	BREVE DESCRIÇÃO
Livre Iniciativa	O Estado garante a todos os investidores o direito à liberdade de iniciativa e de exercício de actividade económica.
Garantias e protecção dos bens	O Estado garante a protecção da propriedade privada de todos os bens, mobiliários e imobiliários, corpóreos e incorpóreos, de seus elementos e desmembramentos e de sua transmissão, em todos os seus aspectos jurídicos e comerciais, bem como o respeito pelos contratos firmados em conformidade com a legislação em vigor. O Estado garante, ainda, aos investidores que nenhuma medida de nacionalização, expropriação ou requisição será adoptada, salvo em razão de interesse ou utilidade públicas, e neste caso o Estado procederá ao pagamento imediato de uma justa indemnização.
Obrigações Genéricas	As operações de investimento estão subordinadas ao ordenamento jurídico nacional e às normas decorrentes dos tratados internacionais a que a Guiné-Bissau esteja vinculada, em especial as relativas à protecção da saúde e salubridade públicas, à protecção ao consumidor, à concorrência, à defesa do ambiente, ao combate à desertificação, à normalização e qualidade dos produtos, ao pagamento dos tributos e à adopção e manutenção de contabilidade correcta e completamente organizada em conformidade com o Sistema Contabilístico da África Ocidental (SYSCOA) e/ou o Sistema Contabilístico da Organização para a Harmonização do Direito de Negócios em África (SYSCOHADA).

¹ A MIGA foi criada com o objectivo de segurar o capital de Investimento Directo Estrangeiro em países em desenvolvimento contra riscos de natureza política ou não económicos, permitindo a cobertura de: risco de conversão cambial excluindo desvalorização; risco de expropriação; risco de perdas por destruição de bens ou incapacidade de prosseguir actividades resultantes de guerra civil ou insurreição social; e risco por quebra de contrato das autoridades nacionais. Esta agência viabiliza projectos de investimento específicos, facilitando o acesso ao crédito ou a taxas de juro mais favoráveis, para além de permitir prolongar o horizonte de amortização dos financiamentos.

INCENTIVO/BENEFÍCIO	BREVE DESCRIÇÃO
Igualdade de Tratamento	Os investidores estrangeiros e nacionais gozam de igualdade de tratamento perante o Estado e todas as suas instituições.
Garantia de transferência de divisas	<p>O Estado garante às pessoas singulares e colectivas o direito de conversão de moeda estrangeira em Francos CFA e de Francos CFA em moeda estrangeira, bem como a remessa para o exterior dos montantes devidos a título de lucros, dividendos ou repatriamento de capital, assim como para o pagamento de capitais mutuados, juros, bens e serviços adquiridos ou contratados com pessoas ou empresas não residentes em território nacional, nos termos da legislação em vigor.</p> <p>O Estado garante a transferência para o exterior, através do sistema bancário, de dividendos e lucros, depois de deduzidas as amortizações e liquidados os impostos devidos, e o repatriamento de capital, tendo em conta as participações correspondentes ao investimento estrangeiro no capital próprio da respectiva empresa.”</p> <p>As operações de cessão, venda ou liquidação de investimentos entre residentes e investidores estrangeiros são livres e é garantida a exportação do produto da cessão, venda ou liquidação de investimentos estrangeiros, depois de pagos os respectivos impostos e obrigações.</p> <p>Todo o pessoal estrangeiro ao serviço de uma empresa e que se encontre legalmente autorizado a residir e a trabalhar no país, tem o direito de transferir para o exterior a totalidade ou parte da remuneração obtida nessa empresa, sem prejuízo do cumprimento das respectivas obrigações fiscais, nos termos da legislação bancária em vigor.</p>
Liberdade Económica e Concorrencial	<p>O Estado compromete-se a combater práticas impeditivas da livre concorrência e as que limitem o acesso às matérias-primas ou bens semi-processados necessários às operações das empresas em condições normais de mercado.</p> <p>A empresa goza de plena liberdade para o exercício das suas actividades económicas, nomeadamente, para:</p> <ol style="list-style-type: none"> Adquirir bens, direitos e concessões de qualquer natureza, necessários às suas actividades, tais como bens fundiários, valores mobiliários, imobiliários, comerciais, florestais industriais ou outros; Dispor dos direitos e bens adquiridos; Fazer parte de qualquer organização profissional; Escolher os seus fornecedores e prestadores de serviços e parceiros; Participar em concursos públicos; Escolher a sua política de gestão de recursos humanos, assegurando, no entanto, em igualdade de competências, o emprego dos nacionais dos Estados-Membros da CEDEAO e da UEMOA e a organização de formação profissional para tais trabalhadores Escolher os seus métodos de gestão técnica, industrial, comercial, jurídico, social e financeira.

O Código de Investimento da Guiné-Bissau (Lei n.º 13/2011 de 06 de Julho) define a atribuição de incentivos para investimentos que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- Ser o montante do investimento previsto igual ou superior a 34 (trinta e quatro) mil dólares americanos; e
- Visar o investimento proposto a criação de uma nova empresa ou actividade, a expansão, a modernização ou a diversificação de actividades existentes ou a renovação de equipamentos.

Os projectos de investimento que sejam considerados de grande interesse económico para o país, de montante igual ou superior

a 80 milhões de dólares americanos, poderão beneficiar de outros incentivos atribuídos pelo Conselho de Ministros, através do Contrato de Investimento, mediante proposta dos membros do Governo competentes, de entre os quais o responsável pelo pelouro da economia.

TABELA 20: PRINCIPAIS BENEFÍCIOS FISCAIS

INCENTIVO/BENEFÍCIO	BREVE DESCRIÇÃO
Incentivos Fiscais na Fase de Investimento	Isonções sobre direitos aduaneiros (Tarifa Exterior Comum) e Imposto Geral sobre Vendas para importações na aquisição, no país ou no estrangeiro de bens de equipamento destinados à realização do investimento e de peças de reposição até 15% do valor dos bens de equipamento para os quais as peças são adquiridas. Os incentivos fiscais do regime comum serão concedidos pelo prazo máximo de três anos, prorrogável por motivos de força maior.

(continua)

CLUSTER DA ÁGUA

INCENTIVO/BENEFÍCIO	BREVE DESCRIÇÃO
Incentivos Fiscais na Fase de Operação	<p>Reduções degressivas da contribuição industrial, pelo prazo máximo de sete anos, a empresas recém-criadas, produtoras de bens ou de serviços, com excepção dos bancos e outras entidades do sector financeiro, escalonadas da seguinte maneira:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 100% (cem por cento) no ano fiscal do início de actividades da empresa; b) 100% (cem por cento) no segundo ano fiscal; c) 90% (noventa por cento) no terceiro ano fiscal; d) 80% (oitenta por cento) no quarto ano fiscal; e) 60% (sessenta por cento) no quinto ano fiscal; f) 40% (quarenta por cento) no sexto ano fiscal; e g) 20% (vinte por cento) no sétimo ano fiscal.
Incentivos à formação profissional dos trabalhadores	<p>As empresas domiciliadas no território da Guiné-Bissau ou que nele tiverem qualquer outra forma de representação permanente têm o direito de poder deduzir, na determinação da matéria colectável da contribuição industrial, o dobro das despesas de formação efectuadas em cursos especializados realizados em instituições de formação acreditadas por entidades competentes, no país ou no estrangeiro. São reconhecidas as formações ministradas em instituições de formação acreditadas pelas entidades competentes.</p>
Incentivos ao investimento em infra-estruturas	<p>Os investidores que se instalem fora do Sector Autónomo de Bissau, poderão deduzir do imposto devido no ano da sua realização e, se necessário, nos três exercícios seguintes, a totalidade das despesas com a construção, para uso público, das estradas, portos, aeroportos e hospitais.</p>

A Guiné-Bissau Investimentos (G.B.I.) é a entidade responsável pela promoção de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau. Para mais informação, consulte o Código de Investimento da Guiné-Bissau (<http://www.grupoformosa-gub.net/docs/Codigo.pdf>).

3. O CLUSTER DA ÁGUA

1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO SECTOR

A) ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL

Principais organizações ao nível do Governo Central

O Ministério dos Recursos Naturais (MRN) é responsável ao nível do Governo pela concepção e condução da política do sector da água e saneamento a nível nacional.

A DGRH-Direcção-Geral dos Recursos Hídricos, tutelada pelo Ministério dos Recursos Naturais, é responsável pela definição e fiscalização da implementação de políticas no domínio dos recursos hídricos. As suas atribuições são as seguintes:

- A planificação que aparece como centro de preparação das decisões para a aplicação do esquema director para água e saneamento, assim como para a sua revisão periódica tendo em conta as mudanças de certas prioridades e de novos dados relativos aos recursos/necessidades de água.
- Inventário dos recursos de água superficial e subterrânea; a centralização de dados; a adaptação e desenvolvimento dos recursos à evolução das necessidades de água e o controle hidrológico;
- A mobilização de financiamentos;
- A informação e sensibilização das comunidades e dos utentes, a demonstração e a promoção sanitária;
- O reforço das capacidades institucionais e de gestão, a formação do pessoal e o apoio ao desenvolvimento do sector privado e da sociedade civil organizada;
- As acções normativas e regulamentares;
- Controle da aplicação do Código das Águas.

O Ministério da Energia e Indústria detém a tutela da Electricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB).

A Empresa Pública de Águas e Electricidade da Guiné-Bissau (EAGB) administra a produção e distribuição de água potável e energia eléctrica a nível da cidade de Bissau. Esta empresa está em fase de transição antes de uma reestruturação que deve separar a água potável urbana da electricidade.

O Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é o responsável pelas políticas ambientais.

A Direcção-Geral de Prevenção e Promoção de Saúde Pública, do Ministério da Saúde Pública, está envolvida nas orientações da política de água potável e de saneamento (ligação água – higiene-saúde) e é responsável pela informação e educação sobre higiene junto das comunidades locais.

O Ministério da Agricultura, Floresta e Pecuária, com as suas Direcções Gerais de Agricultura e Engenharia Rural, lida com os desenvolvimentos relacionados com o uso e gestão de recursos hídricos agrícolas, sendo a Direcção da Pecuária a responsável pela hidráulica pastoral¹.

O Ministério de Turismo e Artesanato é responsável por outros

usos da água, com excepção de navegação.

O Ministério dos Transportes e Telecomunicações é responsável pela navegação.

As ONGs nacionais e estrangeiras activas no subsector, são, por exemplo: Plan Guiné-Bissau, CVGB, Nadel, ADPP e a Tese. As Associações de Interesses Hídricos (AIH), gestoras de sistemas de abastecimento de água nos Centros Secundários (CS) e zonas rurais da Guiné-Bissau, casos principalmente da ASPAAB, ACDB, Wede Bontche e ACAC.

A fim de permitir uma maior e melhor coordenação do conjunto dos intervenientes no sector da água, as seguintes estruturas foram criadas a nível governamental:

- O Comité Interministerial da Água (CIMA) - é um organismo de coordenação entre as instituições estatais intervenientes no sector da Água. O Comité, cujo secretariado é assegurado pela DGRH, possui as seguintes funções:
 - a) definir as responsabilidades entre os ministérios;
 - b) coordenação das acções relativas ao sector da água;
 - c) coordenação legislativa e institucional do sector;
 - d) previsão e coordenação das acções relacionadas com a previsão de desastres naturais relacionados à água.

O CIMA é presidido pelo Ministro encarregue do sector das águas.

O CIMA é suportado tecnicamente pelo Comité Técnico de Água (CTA) e pelo Conselho Nacional das Águas (CNA), uma espécie de Parlamento para a água que envolve a sociedade civil.

Na inoperacionalidade dos órgãos acima referenciados, em 2010, com o suporte da UNICEF, foi criado o Grupo temático Água e Saneamento (GAS). Apesar de ser um órgão informal, o GAS reagrupa parceiros técnicos e financeiros do sector no país, servindo de órgão de coordenação do conjunto de intervenções no sector de água, saneamento e higiene. As reuniões do GAS são mensais. A presidência é assegurada pela DGRH, contando com o apoio organizativo e do secretariado da UNICEF. A partir de 2015, esse órgão foi alargado às regiões, com realização de reuniões trimestrais, competindo às ONG's parceiras a tarefa de prestar apoio organizativo e de secretariado às Direcções Regionais dos Recursos Hídricos nas regiões de intervenção dessas organizações.

B) AGÊNCIAS E ENTIDADES RELEVANTES

Apesar da descentralização do sector de água e saneamento preconizado no Esquema Director de Água e Saneamento (EDAS), formalmente, ainda não existe nenhuma agência e ou entidade com carácter regulatório. No entanto, tanto o EDAS como a Política Nacional de Água (em *draft*), preconizam a criação da(s) Agência(s) Nacional(s) de Água e Saneamento num só órgão, ou então dois órgãos separados (ANAS ou ONS), que

¹ Infra-estruturas que servem de alimentação de água aos animais (sobretudo Gado), como por exemplo: poços melhorados de grande diâmetro equipados com balde e roldana e bebedouros. No país essas infra-estruturas são bastante frequentes na zona Leste (Regiões de Gabu e Bafatá), que albergam quase 80% do potencial do gado nacional.

CLUSTER DA ÁGUA

deve(m) servir de entidades de regulação, cabendo à DGRH/ /MRN, o papel de supervisão.

C) MAIORES OPERADORES DE SERVIÇOS DE ÁGUAS

O fornecimento de serviço público de água na Guiné-Bissau é assegurado pela empresa EAGB, aos termos do decreto de sua criação (Decreto nº 32/83, de 19 Novembro 1983) e o seu status aprovado pelo Decreto nº 58/90, de 27 de Dezembro de 1990.

A EAGB é uma empresa pública dotada de autonomia administrativa e financeira. Ela é responsável pela produção e distribuição de água e de energia eléctrica em todo o território da Guiné-Bissau. No entanto, a falta de recursos, limita a sua actividade à cidade de Bissau.

As autoridades, com a ajuda de doadores, são obrigados a manter a empresa sob perfusão para garantir a continuidade do serviço público de fornecimento de água.

A EAGB tem beneficiado de subvenção do estado da Guiné-Bissau para aquisição de combustíveis para o fornecimento de água na cidade de Bissau.

O governo da Guiné-Bissau, através da instituição tutela do sector energético, já beneficiou de diversos projectos/programas sem no entanto a implementação dos mesmos se traduzirem na melhoria da capacidade técnica e financeira da EAGB. Está em curso um projecto financiado pelo Banco Mundial que visa o aumento significativo da capacidade de abastecimento de água pela EAGB, mediante a extensão/alargamento e reabilitação da rede de canalização da cidade de Bissau, construção de um reservatório com capacidade de armazenamento de 750 m³, e reabilitação de dois (2) reservatórios de 80 m³ cada, construção de mais de uma centena de fontanários públicos.

A EAGB é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo responsável pela exploração dos serviços públicos de captação, adução, conservação e de distribuição de água na cidade de Bissau. Apesar de lhe estar delegada a prestação dos serviços públicos de fornecimento de água

a nível de outros CS do país, a actuação da EAGB limita-se à cidade de Bissau. A empresa não conseguiu evoluir em termos operacionais e financeiros de forma a poder alargar os seus serviços a outras cidades que já abarcam população e poder económico para suportar serviço de abastecimento de água, como é o caso de Bafatá e Gabu.

A empresa herdou um conjunto de infra-estruturas construídas na época colonial, concentradas no centro da cidade de Bissau e com extensão a algumas zonas periféricas. A rede herdada tinha uma extensão linear de 56 km, em fibrocimento e PVC, com diâmetros entre 60 e 200 mm. Estima-se que na época colonial a rede abastecia cerca de 5 000 ligações privadas e um conjunto de 76 fontanários. O desenvolvimento do sector da água teve o financiamento de diversas entidades bilaterais e multilaterais ao longo dos anos, tendo a EAGB sido contemplada com infra-estruturas e meios operacionais para o desempenho da sua missão. As realizações acima aludidas continuam a ser insuficientes face às necessidades da população actual de Bissau. A limitação operacional da EAGB é agravada pelo assentamento desorganizado da população, em especial nas zonas de expansão da cidade, o que torna os serviços de abastecimento de água ainda mais difíceis de materializar e agrava as consequências da falta de infra-estruturas de saneamento.

O fornecimento de água à cidade de Bissau pela EAGB é feito através de 14 furos que em média ultrapassam os 150 m de profundidade. Os furos com maiores débitos são os que se encontram nas instalações hospitalares, nomeadamente Hospital Simão Mendes (HNSM) e Hospital 3 de Agosto, ambos com um débito máximo de 300 m³/h.

De salientar que o furo do HNSM tem um depósito associado de 300m³ (em metal) ao passo que o Hospital 3 de Agosto tem dois depósitos, um de 700 m³ em betão e um de 100 m³ em metal. Os dois furos têm electrobombas com capacidade de débito de 250 m³/h e potência de 75 kW cada um. Todos os furos da EAGB têm um depósito associado, com excepção de Pequeno Moscov, Nova Central e Granja Pessube que abastecem directamente para a rede.

TABELA 21: CARACTERÍSTICAS DE FUROS DA EAGB

N.º	Furos	Potência gerador (Kw)	Débito furo (m ³ /h)	Capacidade eletrobomba (m ³ /h)	Reservatório que o furo abastece
01	Hospital Nacional Simão Mendes	75	300	250	HNSM
02	Hotel 24 de Setembro	11	75	50	Hotel 24 Setembro
03	Quartel-general (QG)	22	90	75	QG
04	Liceu Nacional	30	90	90	Alto Crim
05	Mãe da Água	37	130	125	3 de Agosto
06	Alto Crim	75	300	300	Alto Crim
07	Central Eléctrica	45	130	125	Alto Crim
08	Hospital 3 de Agosto	75	300	250	Hospital 3 de Agosto
09	Brigada Mecanizada	0	0	0	Escola Técnica

(continua)

CLUSTER DA ÁGUA

N.º	Furos	Potencia gerador (Kw)	Débito furo (m³/h)	Capacidade eletrobomba (m³/h)	Reservatório que o furo abastece
10	Antula Bono	30	110	90	Antula
11	Granja Pessubé	11	90	50	Directo à Rede
12	Bairro dos Ministros	2.2	20	18	Bairro de Ministros
13	Nova Central	11	110	50	Directo à Rede
14	Pequeno Moscovo	37	125	125	Directo à Rede
	Total	408.2	1 870	1 598	

Fonte: DAU/EAGB

O elevado número de ligações domiciliárias que não pagam o serviço de água torna a unidade de negócio da água insustentável e sem perspectivas de geração de excedentes destinados a investimento. A situação financeira da EAGB é agravada pela incapacidade de proceder à cobrança da totalidade da sua produção. De acordo com a Direcção de Águas Urbanas (DAU) e Direcção Comercial a fraca taxa de facturação deve-se a uma combinação de factores, nomeadamente reduzido número de contadores em funcionamento, casos em que o corte de água requer entrada nas propriedades, desconhecimento de ligações existentes, reduzidos meios humanos e materiais para efectuar as leituras e instabilidade do sistema informático de facturação e cobrança.

Relativamente à actuação no mercado, em especial a política de preços, é determinada pelo ministério da tutela através da publicação de um decreto. Assim, a tarifa actual praticada pela EAGB, estabelece uma avença mensal de Cinco Mil FCFA (FCFA 5 000), por um consumo igual ou inferior a 30m³/mês, e quando o consumo é superior a 30m³ (geralmente estabelecimentos industriais), é negociado um contrato fixo sem estabelecimento de preço por m³. Nos fontanários público, o preço praticado é de 500 FCFA /m³. No caso de clientes com utilização de contadores as tarifas são as mesmas que as apresentadas para avença, sendo que o cálculo é feito com base no consumo real de água comprovado pelo contador.

Os principais financiamentos da EAGB têm sido provenientes do Banco Mundial (BM), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

A responsabilidade pelo serviço de saneamento de águas residuais encontra-se sob alçada da Câmara Municipal, assim como o serviço de resíduos sólidos urbanos.

Apesar da liberalização do sector estabelecida em 1992, os principais operadores dos serviços públicos de água continuam a ser as comunidades beneficiárias que organizadas em Associações de Interesses Hídricos (AIH) e Comitês de Gestão (CG) assumem o papel de gestores/operadores de serviços públicos de água, sobretudo em áreas rurais. Em alguns centros semi-urbanos com sistemas de AAP operacionais, casos de Bafatá, Mansoa, Catio, os operadores de serviços públicos são semi-profissionais, perspectivando as suas evoluções em profissionais, *vis a vis* os desafios e estratégias do governo da Guiné-Bissau a médio e

longo prazo, que passa pela profissionalização dos operadores. Na cidade de Gabu (CSU), os serviços públicos de abastecimento de água são assegurados pela Empresa Nacional de Pesquisas e Captação de Água (ENAFUR), enquanto que na Cidade de Bafatá, a Associação de Saneamento, Protecção de Água e Ambiente de Bafatá ASPAAB é a entidade delegada para as actividades de exploração dos serviços públicos de abastecimento de água pelo Ministério dos Recursos Naturais (MRN). Noutras Cidades de menor dimensão, a gestão dos serviços é feita através de Associações de Interesses Hídricos (AIH).

A ASPAAB tem personalidade jurídica de associação sem fins lucrativos, foi criada em 2006 em sequência de uma iniciativa promovida pelo Departamento de Saneamento Básico e Água da PLAN Internacional na cidade de Bafatá. A referida iniciativa teve a colaboração da Delegação Regional de Recursos Hídricos de Bafatá (DRRHB) e grupos de jovens de vários bairros da cidade. Assim, o sucesso da iniciativa e consequentemente o reconhecimento da população de Bafatá face ao trabalho realizado alimentou a ideia de criação de uma associação, ASPAAB, com o fito de dar continuidade aos trabalhos realizados.

A missão da ASPAAB é “servir a cidade e as populações através da implementação de acções enquanto parceiro de desenvolvimento do Governo para a gestão e abastecimento de água, saneamento básico e protecção do ambiente, em estreita colaboração com as entidades competentes”.

A ASPAAB detém a concessão do Governo Local para gerir a rede de distribuição pública de água na cidade de Bafatá. Esta concessão foi fortalecida no quadro das actividades do projecto “Bafatá Misti lagu”, implementado em parceria com a TESE, com a duração de 30 meses, de 1 de Janeiro de 2010 a 30 de Junho de 2012, e com um orçamento total de 436 409 Euros. O contrato dessa concessão prevê o pagamento de uma taxa para o futuro Fundo Nacional de Água (FNA), 10% das receitas, o que na prática ainda nunca aconteceu.

O projecto visava expandir o acesso à água potável através da implementação de um modelo sustentável de gestão do sistema de distribuição de água, seja ela através de ligações domiciliárias, seja através de fontanários públicos. Os investimentos desta iniciativa concentraram-se essencialmente no desenvolvimento e implementação de um modelo de gestão sustentável, no reforço de capacidades de implementação desse modelo pela ASPAAB, na reabilitação de infra-estruturas de abastecimento

CLUSTER DA ÁGUA

e distribuição e sensibilização dos utilizadores. Os ganhos deste projecto foram reforçados com a acção seguinte denominada “Bafatá Misti Mas lagu”, implementado de Julho de 2012 até Dezembro de 2014 (num total de 30 meses), também em parceria com a TESE.

A cidade de Bafatá é a principal área de actuação da ASPAAB, com 31 835 habitantes (RGPH 2009), distribuídos por 23 bairros. A organização possui 207 associados, abastecendo de água toda a cidade de Bafatá, com uma rede de canalização ligada a 25 fontanários e 149 ligações domiciliárias.

Estima-se que em 2015, a ASPAAB tenha tido mais de 61% de perdas de água, sendo que a sua maioria se deve a roturas, ainda que os furtos não sejam despidiendos.

Em 2016, dos 149 consumidores com ligação domiciliária, 12 não pagaram qualquer factura. Notou-se ainda que tanto as ligações domiciliárias como os fontanários possuem sempre contador. Em termos do nível de cobertura dos serviços, embora o sistema da ASPAAB abranja toda a cidade, apenas um terço terá acesso ao seu sistema. Estima-se que sejam servidas 150 pessoas por cada ponto (torneira) de água. Como cada fontanário tem dois pontos de água, consegue-se estimar o total da população que é abastecido pelo sistema da ASPAAB e que ficará bastante aquém da população total da cidade de Bafatá.

O sistema de abastecimento de água tem 12 727 metros de rede. Não existe uma programação sistemática dos investimentos, devido à falta de continuidade do financiamento. Com os dispositivos solares, os encargos com a energia foram reduzidos substancialmente, o que melhorou a condição financeira da ASPAAB.

O principal problema e maior desafio para a organização, é o financiamento do plano de investimentos necessário para universalizar a cidade com acesso à água. Atingir toda a cidade é muito complicado, pois são necessários montantes significativos e a ASPAAB não tem meios de financiamento. A melhoria da qualidade da água é outra das prioridades existentes.

As pessoas aderem à rede, mas todas têm solução individual. A ASPAAB realiza muitas campanhas de sensibilização, salientando a libertação do tempo das mulheres e das crianças e do risco existente para a saúde pública dos poços tradicionais. Entre outras iniciativas, fazem campanhas de sensibilidade durante a semana na rádio.

Apesar do contexto difícil, a ASPAAB constitui já uma referência e presta apoio noutras regiões do país ao nível da capacitação sobre a operacionalização dos serviços.

D) PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES

Na Guiné-Bissau, não obstante o MRN ser o órgão do Governo responsável politicamente e o principal adjudicante pelo sector de água, todos os sectores abaixo são também indicados como adjudicantes, tendo em conta que têm responsabilidades na matéria, mas restrita aos seus sectores:

- O Ministério dos Recursos Naturais (MRN)/Direcção-Geral dos Recursos Hídricos (DGRH);
- A Empresa Pública de Águas e Electricidade da Guiné-Bissau (EAGB);
- Ministério da Saúde Pública
- Ministério da Agricultura, Floresta e Pecuária;
- O Ministério de Comércio e Promoção Empresarial.

E) PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS

Na Guiné-Bissau não existem associações profissionais empresariais no sector de água. Algumas das maiores empresas de construção de obras hidráulicas, produtoras e engarrafadoras de água, integram algumas associações comerciais genéricas como por exemplo a Câmara de Comércio Indústria e Agricultura (CCIA) e a Associação Empresarial da Guiné-Bissau (AEGB).

F) PRINCIPAIS UNIVERSIDADES E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Das poucas instituições universitárias públicas e privadas e ou de pesquisa existente no país, nenhuma é vocacionada para o sector da água. Não obstante, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), é um parceiro do sector tendo já realizado alguns trabalhos de investigação, como por exemplo o Estudo de Comportamentos, Atitudes e Práticas (CAP) das Comunidades Rurais das Regiões de Quinara e Tombali em relação à água, saneamento e higiene, no âmbito de formulação do projecto de melhoria de acesso a água potável, práticas adequadas de higiene e saneamento nas escolas e comunidades rurais da Guiné-Bissau (2011-2014), com financiamentos da União Europeia (UE) – 75% e UNICEF (25%).

As principais universidades e centros de investigação que existem no país são:

- Universidade Amílcar Cabral;
- Universidade Lusófona;
- Universidade Jean Piaget;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil da Guiné-Bissau (LNECGB).

G) AGÊNCIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do sector de água na Guiné-Bissau tem contado não apenas com os recursos financeiros das instituições financeiras multilaterais (cujo investimento é mais abrangente), mas também com algumas parcerias bilaterais e Agências de Apoio ao Desenvolvimento, das quais as mais tradicionais se destacam: PNUD, UNICEF¹, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), GIZ (Agência Alemã de Cooperação), Agência Saudita de Cooperação, Agência Japonesa de Cooperação (JICA). O PNUD além de financiar a criação nos anos 80 da Empresa Nacional

¹ Neste momento está em curso a implementação de um Plano Contínuo de Trabalho (PTC 2016/2017), que prevê de entre outros: A construção de pontos de água em Centros de Saúde, Escolas e Comunidades mais desfavorecidas, promoção de acções de higiene e saneamento através da abordagem do Saneamento Total Liderado pelas Comunidades, apoio institucional ao Governo/MRN na elaboração/revisão de documentos de política do sector de água e saneamento.

CLUSTER DA ÁGUA

de Pesquisa e Captação de Água (ENAFUR) e Empresa de Fiscalização de Obras Hidráulicas (SERVIAGUAS), prestou assistência técnica e financeira à elaboração do primeiro EDAS horizonte 1996 - 2006, financiou a primeira parte de actualização do mesmo documento, através da realização do inventário nacional sobre a funcionalidade dos pontos de água em 2009, que permitiu a reabilitação do banco de dados da DGRH/MRN, elaboração e aprovação do Plano de Acção OMD – SMDD, *drafts* da Política Nacional de Água (PNA) e das Políticas e Estratégias em Matéria de Higiene e Saneamento (PENHS).

2. ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL PARA O SECTOR

A governação do sector da água, à semelhança de outros sectores sociais e produtivos, sofre sobremaneira com as constantes alterações de elencos governamentais. Assim, o Esquema Director das Águas e Saneamento da Guiné-Bissau constituiu a principal ferramenta de pilotagem do sector. O último Esquema Director das Águas e Saneamento, oficialmente aprovado, cobriu formalmente o período programático 1997–2006, não obstante continuar a ser utilizado.

O processo de elaboração de um novo esquema director foi interrompido com o golpe de estado de 2012. Pretendia-se através desse processo, financiado pela União Europeia, elaborar um conjunto de documentos que depois seriam consubstanciados no Esquema Director, a saber: (i) Política Nacional de Água, (ii) Política Estratégica em matéria de Higiene e Saneamento, (iii) Política da água para outros fins. À data deste estudo, existiam versões preliminares dos dois primeiros documentos que ainda não foram oficialmente aprovados pelo Governo, estando por iniciar o terceiro.

As estratégias concebidas por forma a atingir os objectivos para o sector de água resumem-se nos seguintes:

- Finalização do processo de revisão de principais instrumentos jurídicos incluindo políticas e estratégias (Código de águas e regulamentos de aplicação, EDAS, políticas WASH);
- Criação de órgãos de regulação do sector;
- Criação e operacionalização de um Fundo Nacional de Água, incluindo regulamentos para a sua aplicação (FNA);
- Desenvolver um novo quadro normativo e jurídico uniforme e mais eficaz em matéria de regimes de concessão da actividade de exploração e gestão de serviços públicos de AAP, e a promoção de uma nova cultura regulatória e de supervisão junto das autoridades do sector, entidades concessionárias privadas e sociedade em geral;
- Criação de condições atractivas visando a mobilização do sector privado nacional e estrangeiro;
- Profissionalizar estruturas de gestão dos serviços públicos de AAP.
- Desenvolver estratégias que tornem o sector mais atractivo aos privados e estrangeiros.

3. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

De um modo genérico, as principais instituições financeiras multilaterais do sector no país são: Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)/Facilidade Africana para Água, Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e BADEA. O papel dessas instituições pode se resumir em dois aspectos: 1) o financiamento da realização física das infra-estruturas de AAP, 2) a criação de instrumentos legais e normativos, promovendo e incentivando a implicação do sector privado.

Resumindo, as principais Instituições Financeiras Multilaterais com projectos e/ou futuros projectos na Guiné-Bissau, são:

- Banco Mundial (BM) - Projecto de Urgência para a Reabilitação do Sector de Água e Electricidade na Guiné-Bissau, em curso, com um valor global a rondar os 20 milhões de dólares americanos;
- UEMOA/BID – Programa de Hidráulica e Saneamento Rural em curso, com valor de 12 milhões de dólares americanos;
- UEMOA – Programa de Ordenamento Hidro-agrícola para Segurança Alimentar;
- UNICEF – Plano de Trabalho Continuo (2016 - 2017), realização/construção de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento nas comunidades mais desfavorecidas, escolas e Centros de Saúde (CdS), reforço institucional de DGRH, avaliado em pouco mais de 7 milhões de dólares americanos.

4. PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PRIVADO, INCLUINDO REGIME APLICÁVEL A PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Apesar da descentralização dos serviços públicos de água em 1992, o sector ainda parece pouco atraente ao sector privado nacional. A sua participação até à data tem-se resumido na criação de empresas de execução de obras hidráulicas, produção, empacotamento e comercialização de água. Apesar das fraquezas institucionais, a prioridade passa pelo desenvolvimento de um quadro normativo e jurídico em matéria de regimes de concessão da actividade de exploração e gestão dos serviços de abastecimento de água e a sua supervisão. Trata-se de uma actividade em curso no âmbito do Programa de Reforço Institucional e de Qualidade de Serviços de Abastecimento de Água (PRIQSAA), a ser implementado pela ONG Tese, com financiamento da EU. Um outro instrumento aplicável a parcerias público-privadas são os contratos de delegação de serviços de abastecimento de água, celebrados entre a DGRH/DRRH's e AIH, CG. Não existe nenhum instrumento que regulamente o modelo de estabelecimento de PPP. No entanto, um exemplo nesse sentido registou-se, em 2014, entre a ENAFUR e a empresa portuguesa Pinto Brasil Sarl.

5. QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO ESPECÍFICO AO SECTOR

O quadro legal é caracterizado pela existência de um código de água aprovado pelo Conselho de Estado da Guiné-Bissau desde 1992 através do Decreto-lei 5-A/92 de 17 de Setembro. O documento estabelece, na base do previsto na constituição da República da Guiné-Bissau, o regime jurídico geral de todas as actividades relativas à gestão dos Recursos Hídricos. Não obstante, até à presente data não está a ser aplicado devido à falta de adopção do regulamento sobre os direitos de uso e aproveitamento de água bem como as normas gerais sobre a construção e exploração de obras hidráulicas.

Por outro lado, o documento precisa ser actualizado e harmonizado com textos legislativos da sub-região. A sua revisão, incluindo os trabalhos de elaboração de normas técnicas de construção de obras hidráulicas, bem como o regulamento de aplicação, estavam em curso de realização no âmbito do Projecto de Apoio ao Sector de Água e Hidráulica Rural Solar (PASA - HRS), financiado pela União Europeia (UE), no âmbito do 10º FED. As mesmas foram interrompidas pelo conflito política militar de 12 de Abril de 2012.

Existe também um esquema organizacional para a gestão do sistema de abastecimento de água potável ao nível de CSU da Guiné-Bissau que carece de adopção e publicação.

Em 1992 o primeiro Esquema Director para água e saneamento foi adoptado pelo Governo da Guiné-Bissau. Trata-se de um instrumento de programação e planificação estratégica do sector da água e saneamento, contemplando 5 capítulos entre os quais o de plano de acção e outro relativo ao plano de investimento para o sector água e saneamento.

Apesar da sua validade em vários aspectos, nos finais de 2006 devido ao seu horizonte temporal, impunha-se a sua revisão à luz dos objectivos de desenvolvimento do milénio e das novas abordagens do sector água e saneamento a nível sub-regional. No entanto, na ausência deste exercício o ministério responsável decidiu, ainda em 2004, elaborar um plano estratégico de desenvolvimento do sector estabelecendo acções e metas em ordem a mobilizar meios necessários para um período designado de urgência.

Em 2009, deu-se início aos trabalhos de revisão do documento, com a realização de um inventário nacional sobre funcionalidade

dos pontos de água à escala nacional, que posteriormente serviu não somente para reconstituição de banco de dados hidráulicos do gabinete de planificação hidráulica da DGRH, mas também de elaboração do Plano de Acção OMD – SMDD.

Ainda no âmbito do processo de revisão do esquema director, dois (2) documentos de *drafts* de política foram elaborados, a saber: i) Política Nacional de Água (PNA) e Políticas e Estratégias em Matéria de Higiene e Saneamento (PNHS) em 2011, com apoio técnico e financeiro do PNUD.

No entanto, apesar de serem tecnicamente validados pela DGRH, devido ao acontecimento político militar de 12 de Abril de 2012 não foi possível a organização de um atelier de validação nacional dos dois (2) documentos, bem como a não conclusão dos trabalhos restantes que iriam culminar com a actualização do esquema director e a realização do estudo sobre utilização de água para outros fins (agrícola, industriais, energia, entre outras).

A falta de revisão/actualização desses importantíssimos instrumentos legais e de planificação têm dificultado a intervenção da Direcção-Geral dos Recursos Hídricos (DGRH), na implementação do seu papel de coordenação e planificação de actividades.

Apesar de instrumentos legais como o Código de Água, EDAS e PNA preverem a criação de entidade(s) de regulação, formalmente o sector ainda não dispõe de uma entidade como tal. Actualmente no âmbito do Resultado 3 (R3) do Projecto de Reforço Institucional e de Qualidade de Serviços de Abastecimento de Água (PRIQSAA) com financiamento da UE, estão em curso os trabalhos de desenvolvimento de um quadro normativo e jurídico eficaz e mais uniforme em matéria de regime de concessão das actividades de exploração e de gestão dos serviços de abastecimento de água e sua supervisão. Através de grupos de trabalho a serem formalizados, de forma participativa irá desenvolver-se o novo quadro normativo e jurídico e a promoção de uma nova cultura regulatória e de supervisão junto das autoridades do sector, entidades concessionárias privadas e sociedade em geral.

Assim, na ausência dessa(s) entidade(s) de regulação, na realidade, essa função é assegurada pela DGRH e suas representações regionais.

4. OS PRINCIPAIS MERCADOS DO “CLUSTER DA ÁGUA”

1. ESTRUTURA DO SECTOR

A) PRINCIPAIS ACTIVIDADES E FUNÇÕES

A Direcção-Geral dos Recursos Hídricos é a Direcção do Ministério dos Recursos Naturais, encarregue de definição e seguimento de implementação de políticas no domínio de água.

Entretanto o conteúdo funcional dos Recursos Hídricos sempre foi preservado, o quadro da reorganização do sector água, tendo em conta as novas realidades e necessidades de desenvolvimento sustentado, alguns aspectos da política e estratégias sofreram mudanças consideráveis. Quer dizer que se fixaram novas tarefas à Direcção-Geral dos Recursos Hídricos num quadro em que o Estado começa a desengajar-se de execução de obras, encorajando e promovendo o sector privado e a sociedade civil organizada nesse sentido.

As principais funções da DGRH são as seguintes:

- A planificação que aparece como centro de preparação das decisões para a aplicação do EDAS, assim como para a sua revisão periódica tendo em conta as mudanças de certas prioridades e de novos dados relativos aos recursos/necessidades de água;
- Inventário dos recursos de água superficial e subterrânea; a centralização de dados; a adaptação e desenvolvimento dos recursos à evolução das necessidades de água e o controle hidrológico;
- A mobilização de financiamentos;
- A informação e sensibilização das comunidades e dos utentes, a demonstração e a promoção sanitária;
- O reforço das capacidades institucionais e de gestão, a formação do pessoal e o apoio ao desenvolvimento do sector privado e da sociedade civil organizada;
- As acções normativas e regulamentares;
- Controle da aplicação do Código das Águas.

A EAGB é uma empresa pública, criada em 1983, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável pela exploração dos serviços públicos de captação, adução, conservação e de distribuição de água na cidade de Bissau.

A ASPAAB, personalidade jurídica de associação sem fins lucrativos, criada em 2006 em sequência de uma iniciativa promovida pelo Departamento de Saneamento Básico e Água da PLAN Internacional na cidade de Bafatá. A referida iniciativa teve a colaboração da Delegação Regional de Recursos Hídricos de Bafatá (DRRHB) e grupos de jovens de vários bairros da cidade.

À semelhança da ASPAAB, destacam-se outras organizações como: Associação Comunitária para Desenvolvimento de Bambadinca (procede à gestão dos serviços de abastecimento de água e energia na cidade de Bambadinca) – ACDB, Associação de Consumidores de Água de Catio (ACAC) – Gestão dos serviços públicos de abastecimento de água na cidade de Catio.

B) TIPO DE ORGANIZAÇÃO

A DGRH, é uma estrutura do MRN, sem autonomia administrativa e financeira, parte integrante da estrutura orgânica do governo da Guiné-Bissau. Possui uma direcção central (Direcção-Geral), com representações a nível das regiões.

A EAGB, é uma empresa pública, criada em 1983, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e a ASPAAB tem uma personalidade jurídica de associação sem fins lucrativos.

Outras organizações que assumem destaque no sector são:

- Parceiros técnicos e financeiros: EU, UNICEF, PNUD, PLAN Guiné-Bissau, entre outras;
- ONG's: CVGB, Médicos Sem Fronteiras (MSF) e TESE;
- Empresas de construção de obras hidráulicas como: ASCON Lda, SAS, Baleira, ENAFUR Pinto Brasil.

C) DIMENSÃO E ÁREA DE NEGÓCIO DAS EMPRESAS

A dimensão do mercado, do incipiente estado do sector da água e do facto dos serviços de abastecimento de água potável a nível nacional serem prestados exclusivamente por empresas públicas e associações e organizações sem fins lucrativos, limita o tipo de empresas do sector. Ainda assim, uma das maiores empresas do país com intervenções em vários ramos de actividade incluindo a de água (construção de obras hidráulicas) é a empresa ASCON Lda. Com excepção da parte insular do país, a empresa teve de continuar a ter variadíssimas intervenções em todo o território nacional, no domínio de construção de obras hidráulicas nomeadamente furos de AAP, sistemas solares fotovoltaicos de AAP (25 novos e 61 reabilitação no quadro do PASA – HRS/20016, Cidades de Catio e Farim), redes de canalização de Bissau sob jurisdição da EAGB, entre outros. A nível sub-regional, a empresa já executou obras hidráulicas em países como: Cabo Verde, Senegal, Mali, Gâmbia e Guiné-Conacri. Além do ramo de obras hidráulicas, um outro domínio de intervenção da ASCON Lda, é a construção civil e saneamento.

Outra empresa, com uma dimensão inferior à da ASCON, é a SAS Lda, empresa de obras hidráulicas e saneamento (um outro ramo de actividade dessa empresa é a de segurança dos edifícios públicos e privados).

Em fase de crescimento encontra-se a empresa ENAFUR PINTO BRASIL Guiné, resultante da PPP entre a ex-empresa pública ENAFUR ECP e a empresa portuguesa PINTO BRASIL. A ex-empresa ENAFUR já executou furos de AAP em países vizinhos como Gâmbia e Senegal.

Além dessas 3 empresas com ramo de intervenção no domínio de obras hidráulicas, com cobertura a nível nacional, mas possuidoras de escritório somente na Cidade de Bissau, e com outras intervenções em áreas como: Saneamento básico, construção civil, segurança física de edifícios, podem, ainda, destacar-se a ENASAC, Galego Galiano e Baleira Sarl.

CLUSTER DA ÁGUA

A empresa ASCON Lda é a única das mencionadas que possui uma sólida situação financeira. Todas elas estão dotadas de recursos humanos com vastíssima experiência nas actividades de perfuração, realização e interpretação de resultados de ensaios de bombagem e construção civil.

D) DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

A distribuição do abastecimento de água, a nível da cidade de Bissau é assegurada pela EAGB, a nível das Cidades regionais e grandes CS podemos destacar: Cidade de Bafatá, pela ASPAAB; Cidade de Gabu – Empresa ENAFUR; e Cidade de Catio – Associação de Consumidores de Água de Catio.

Relativamente às empresas referidas no ponto anterior, todas possuem cobertura regional nos domínios acima mencionados.

2. PRINCIPAIS PLAYERS

A) AUTORIDADES MUNICIPAIS E SERVIÇOS DE ÁGUAS

Apesar dos preparativos para a implementação das autarquias, na Guiné-Bissau, nenhum município procede à gestão e exploração dos serviços públicos de água. Algumas acções de saneamento básico (remoção primária de resíduos sólidos - lixo) estão sob alçada das administrações regionais/sectoriais.

Como já foi referido anteriormente, a EAGB é a única operadora do sector de água no País. É responsável por assegurar o abastecimento de água – captação, transporte, tratamento e distribuição de água e electricidade em todo o território nacional, algo que na prática não se verifica, devido a incapacidade técnica e financeira da empresa, limitando assim a sua actuação a nível da cidade de Bissau. A empresa é tutelada pelo Ministério da Energia e Indústria. O governo detém 100% do capital da empresa.

Infra-estruturas e rede de abastecimento

Em razão do acima mencionado, é de salientar que nenhum município (administração regional/sectorial) procede à exploração/gestão de infra-estruturas e ou rede de AAP. Apesar de descentralização preconizada no EDAS em 1992, até à presente data, essa actividade tem sido assegurada pelas Associações de Interesses Hídricos (AIH) nas zonas semi-urbanas e pela EAGB na Cidade de Bissau.

Estações de tratamento

O país não dispõe de estações especializadas em matéria de tratamento de água para consumo humano. Bem recentemente a empresa EAGB que procede à gestão dos serviços de abastecimento de água à Cidade de Bissau beneficiou do reino de Marrocos de um sistema de injeção de cloro em pó à saída dos onze (11) furos que abastecem a cidade de Bissau. Alguns centros semi-urbanos como Bafatá e Catio utilizam sistematicamente lixívia a 4,5%, para tratamento de água.

B) PRINCIPAIS CONSUMIDORES NÃO URBANOS

Como principais consumidores não urbanos, podemos destacar as seguintes empresas dos sectores da Energia, Indústria Pesada, Indústria Ligeira e Agro-indústria:

- Energia
Centros Secundários: Privados essencialmente, pequenas unidades industriais, instituições descentralizadas do estado, Actores Não Estatais (ANE), entre outros.
- Indústria pesada
No verdadeiro sentido da palavra, no país ainda é bastante prematuro falar de indústria pesada.
- Indústria ligeira
Unidades industriais de transformação, serralharias, carpintarias e destilarias.
- Agro-indústria
Centros Secundários (CS) – Populações e sector privado.

C) PERFIL DAS PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES E DOS PROCESSOS DE DECISÃO ADOPTADOS

O Ministério dos Recursos Naturais (MRN), é o órgão do governo da Guiné-Bissau, responsável pela formulação, implementação de políticas para o sector da água e saneamento na Guiné-Bissau, bem como o seguimento do processo de implementação dessas políticas. Este órgão tutela, por sua vez a Direcção-Geral dos Recursos Hídricos (DGRH), que é responsável pela definição e implementação das políticas para os recursos hídricos.

A Empresa de Electricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB), uma Empresa Pública com o capital detido a 100% pelo Estado Guineense, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Devido à sua incapacidade técnica e financeira, a EAGB assegura o fornecimento de água somente a nível da cidade de Bissau, apesar da sua competência delegada de assegurar os mesmos serviços em todos os Centros Secundários do País. Assim sendo, é através da DGRH que deveriam passar todos os projectos para a instalação e/ou reabilitação das infra-estruturas de abastecimento de água a nível nacional. Na ausência de uma agência nacional de regulação do sector, a DGRH funciona como agência de regulação.

O Ministério da Agricultura, Floresta e Pecuária (MAFP), por outro lado, é responsável, entre outros, pela gestão sustentável das florestas e pelo combate da degradação da terra. O MAFP projecta e implementa a política para sectores da agricultura e da silvicultura, incluindo o sistema de irrigação para a agricultura.

D) PRINCIPAIS FORNECEDORES

A dimensão reduzida do mercado guineense não faculta a existência de múltiplos fornecedores de modo a proporcionar preços concorrenciais. Por isso, o número de fornecedores é bastante restrito.

Equipamentos e produtos técnicos

Os equipamentos e produtos técnicos diversos fornecidos à EAGB ao longo do tempo tem variado, e dependendo dos critérios de financiadores de diversos projectos que a empresa beneficiou durante vários anos. No entanto a proveniência dos mesmos é geralmente de Portugal, França, outros países Europeus, Países de ACP.

CLUSTER DA ÁGUA

Assistência técnica

No quadro da componente de reestruturação comercial visando o relançamento das actividades comerciais da EAGB, a empresa já beneficiou de várias missões de assistência técnica de gabinetes originários de França, Senegal e outros países da região africana. No entanto, um número considerável de técnicos da Direcção de Águas Urbanas (DAU) da empresa, já se deslocaram por várias vezes a Portugal para acções de reforço de capacidades.

Construção

Ao nível da construção no sector de água há a destacar as seguintes empresas de construção e as respectivas obras em execução:

- ASCON Lda – Construção civil, hidráulica e saneamento – Obras de grande dimensão em curso no domínio de construção civil;
- ENAFUR Pinto Brasil – Construção de sistemas fotovoltaicos de abastecimento de água em 11 escolas primárias da região de Oio, com financiamento da UNICEF;
- EAGB – Construção/gestão de rede de água na cidade de Bissau.

Engenharia

Os trabalhos de engenharia inerentes ao sector requerem competências técnicas que, embora existam na Guiné-Bissau, são ainda bastante insuficientes comparativamente às exigências do sector de um lado, e por outro carecendo de acções de capacitação contínua. A estratégia normalmente adoptada é sempre que houver projectos que requerem a participação de empresas internacionais, são incluídos no respectivo caderno de encargos uma componente em que obriga a empresa vencedora do concurso a formar/capacitar os quadros nacionais envolvidos nos projectos. Esta abordagem tem como finalidade reforçar as capacidades nacionais, uma vez que o País não dispõe de recursos financeiros suficientes para enviar os seus quadros ao estrangeiro a fim de beneficiarem de acções de capacitação contínua na matéria. Por isso, são aproveitadas estas oportunidades para o reforço da capacidade interna, não obstante a participação dos quadros nacionais em algumas acções de formação pontuais oferecidas pelos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, sobretudo no estrangeiro.

Estudos

São quase inexistentes na Guiné-Bissau, empresas com competências técnicas aprofundadas que realizem estudos técnicos de grande dimensão para o sector de água, pelo que as empresas que indicamos são as que ganharam alguns concursos com financiamento dos parceiros:

- SERVIAGUAS – Empresa de Estudos e Fiscalização de Obras Hidráulicas (ECP);
- GETECS – Gabinete de Estudos e Fiscalização de Obras Hidráulicas e de Construção Civil;

- DARATEC – Estudos de Projecção de Obras Hidráulicas;
- HYDROGENIE – Estudos e Fiscalização de Obras Hidráulicas
- PROJECTA – Estudos de Obras Hidráulicas.

As obras hidráulicas no presente contexto, resumem-se apenas a furos e poços melhorados, destinados ao abastecimento de água às populações.

A EAGB também realiza estudos pontuais de projecção de obras hidráulicas.

Serviços de operação e manutenção

Até ao início da década de 90, os serviços de operação e manutenção das infra-estruturas de abastecimento de água às comunidades, eram asseguradas na totalidade pelo estado guineense. Com a descentralização dos serviços públicos de água delineada no Esquema Director de Água e Saneamento (EDAS) em 1992, o estado da Guiné-Bissau desengajou-se dessas actividades, passando as comunidades beneficiárias, a serem organizadas em estruturas de gestão, a procederem à gestão das infra-estruturas criadas, assegurando as mesmas os custos de manutenção. Embora realizados pelos quadros do sector. A realização das manutenções, são asseguradas pelo sector privado nacional (empresas, mecânicos de proximidade, entre outros).

E) CARACTERIZAÇÃO DE POTENCIAIS PARCEIROS LOCAIS

Os potenciais parceiros no sector de água que se podem encontrar na Guiné-Bissau prestam serviços nas seguintes actividades:

- Empresas no domínio de obras hidráulicas (furos profundos e manuais, poços com bombas manuais);
- Empresas no ramo de produção, engarrafamento e comercialização de água;
- Empresas/gabinetes de consultoria no domínio de água e saneamento;
- Empresas/gabinetes no domínio de fiscalização de obras hidráulicas (furos, poços, sistemas solares e/ou térmico);
- Gabinetes/ONG's no domínio de comunicação para água e saneamento (mobilização comunitária, acções de animação/sensibilização no domínio de água e saneamento).

Entretanto, com o desenvolvimento dos sistemas de irrigação para agricultura e centrais mini/pequenas hídras, estas constituirão certamente oportunidades para o desenvolvimento de outros tipos de parcerias.

CLUSTER DA ÁGUA

3. PRINCIPAIS PROJECTOS EM CURSO

A) ABASTECIMENTO

TABELA 22 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE ABASTECIMENTO NO SECTOR DA ÁGUA

Investimento/ Projecto	Dono de Obra	Empresas	Montante	Fonte de Financiamento	Estado/Data
Programa de Hidráulica e Saneamento Rural (PHV&S)	MRN	Preparativos para lançamento de concurso em curso	USD 12 000	UEMOA	Formalidades para início efectivo em curso
Programa de ordenamento hidro-agrícola multi-uso para segurança alimentar	MRN	Preparativos para lançamento de concurso em curso	EUR 1 714 177	UEMOA	Formalidades para início efectivo em curso
Programa de Apoio ao Sector de Água e Hidráulica Rural Solar (PASA-HRS)	MEF/ON	ASCON Lda	EUR 4, 5 M	UE	Concluído em Novembro 2015
Programa de Trabalho Contínuo (PTC 2016/2017), governo GB (MRN)/UNICEF	MRN	Empresas especializadas no domínio de obras hidráulicas, ONGs	USD 7,347,000	UNICEF	Programa contínuo 2016 - 2017
Projecto de Urgência na Reabilitação dos Sectores de Água e Electricidade na Guiné-Bissau (alargamento e reabilitação da rede de água, construção de um reservatório de 750 m ³ , construção de fontanários públicos)	MEF	Processo de adjudicação em fase de finalização	USD 20 000 000	BM	Em fase de finalização de adjudicação das obras físicas
Projecto Multisectorial de Reabilitação de Infra-estruturas (PRMI)	MEF	AREZKI	USD 8.700.000	BM	Finalizado em 2011

B) IRRIGAÇÃO

TABELA 23: PRINCIPAIS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO PARA O SECTOR AGRÍCOLA, CONSTRUÍDOS E PREVISÃO PARA 2017

Projecto	Zona de intervenção	Tipo de obra	Montante em Euro	Fonte de financiamento	Estado
Programa de ordenamento hidro-agrícola multi-uso para segurança alimentar	Gambiel/ /Região Bafatá	Construção de furo profundo, reservatório, fontanários e irrigação de 45 ha para actividades hidro-agrícolas	1 714 177	UEMOA	Na fase inicial de implementação

C) REDE DE SANEAMENTO

À data do estudo não havia nenhum projecto de rede de saneamento/tratamento de águas residuais em curso e/ou previsto.

D) DESSALINIZAÇÃO

À data do estudo não havia nenhum projecto de dessalinização em curso e/ou previsto. Embora mal conhecidos a Guiné-Bissau ainda dispõe de recursos hídricos em quantidade, mas com claras evidências de problemática da sua qualidade.

E) ENERGIA HÍDRICA

A Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG), integra a Gâmbia, a Guiné-Conacri, a Guiné-Bissau e o Senegal. O

projecto Energia da OMVG (na fase inicial de execução), abrange os reaproveitamentos hidroeléctricos e a linha de interconexão das redes eléctricas dos países membros da OMVG.

Características das obras de aproveitamento hidroeléctrico de Sambangalou

O sítio de Sambangalou está situado no rio Gâmbia em território senegalês, a 22 km ao Sul de Kédougou. O custo de realização do aproveitamento eleva-se a 454 532 227 USD

- Barragem em rolo de betão compactado (BCR);
- Quota de retenção normal (RN); 200 m;
- Superfície da retenção: 3 795 hm³;
- Débito de equipamento: 200 m³/s;
- Potência instalada: 128 MW;

CLUSTER DA ÁGUA

- Produção média anual: 402 GWh

Características da linha de interconexão

A interconexão consiste na construção de uma linha de transporte de electricidade a 225 Kv em anel, de 15 postos de transformação de alta e média tensão e de um sistema de controlo no sítio de Kaleta e de Sambangalo. Principalmente colocados perto dos centros de consumo, os postos de transformação, em número de 15, repartidos entre os 4 países membros da OMVG dividem a linha em 16 troços que totalizam 1 677 Km dos quais 218 km na Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau a linha de transporte passará nas localidades de Saltinho (Região de Tombali), Bambadinca (Região de Bafatá), Mansôa e Farim (Região de Oio) e Bissau (SAB).

- Comprimento: 1 677 Km;
- Tensão: 225 Kv;
- Tipo de condutor: AAAC;
- Secção do condutor (anel): 570 mm²;
- Postos de transformação: 15 (4 na Guiné-Bissau);

- Capacidade de trânsito do anel: 800 MW;
- Cabo de protecção: 2 (1 equipado de 36 pares de fibra óptica).

Actualmente, o país não dispõe no seu território de nenhuma barragem hídrica para fornecimento de energia.

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

No que concerne ao financiamento do sector da água, as suas fontes provêm maioritariamente da cooperação multilateral, Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), União Europeia (UE), BADEA, PNUD, UNICEF, entre outras. Mesmo sendo de valores muito inferiores (quase insignificante face às necessidades), o estado guineense vem afectando recursos na realização de infra-estruturas de abastecimento de água, caso da reabilitação e alargamento da rede do sistema de fornecimento de água da cidade de Farim, região de Oio.

5. ABORDAGEM AO MERCADO

1. POLÍTICA DE COMPRAS E CADEIA DE FORNECIMENTO

A política de compras e cadeia de fornecimento rege-se pelo Regulamento de Licitação e Contratação Pública. As modalidades de concurso previstas são as seguintes: Concurso público; Concurso limitado por prévia qualificação; Concurso limitado sem apresentação de candidaturas; Procedimento de negociação. A mesma lei define em que condições se deve aplicar preferencialmente cada uma das modalidades, seja em função do valor estimado do contrato ou de critérios materiais.

O Regulamento de Licitação e Contratação Pública aplica-se a todos os organismos do Estado Guineense, nomeadamente aos Órgãos e organismos da Administração Central do Estado: Governos regionais; Institutos Públicos; e Empresas Públicas. Os procedimentos de contratação começam com a decisão de contratar, pelo órgão competente que autoriza a despesa inerente ao contrato a celebrar. Os elementos dos procedimentos de contratação são os programas do procedimento e o caderno de encargos para o caso do concurso público; o programa de procedimentos, para os casos do concurso limitado por prévia qualificação, limitado sem a apresentação de candidaturas e o programa do procedimento no caso de procedimento de negociação. As peças do projecto a integrar nas empreitadas de obras públicas são sempre necessárias.

A participação nas licitações é aberta aos concorrentes nacionais e estrangeiros. Contudo, no concurso público internacional, o Regulamento estabelece a possibilidade de aplicação de margens de preferência interna.

Relativamente à submissão de propostas, elas devem ser acompanhadas de i) declaração na qual o concorrente indique o seu nome, ii) número de contribuinte, iii) número de bilhete de identidade ou de pessoa colectiva, iii) estado civil e domicílio ou, no caso de se tratar de pessoa colectiva, a denominação social, iv) comprovativos da regularidade da situação jurídica do concorrente; da regularização da situação fiscal perante o Estado; da regularização da situação relativa às contribuições para a segurança social; da entrega da declaração fiscal mais recente; entre outros documentos que forem exigidos no programa do concurso.

O concurso deve também ter em conta a proposta economicamente mais vantajosa, entre outros factores, como a qualidade, o

mérito técnico, as características estéticas, a assistência técnica, os prazos de entrega ou execução e o preço; Preço mais baixo.

2. PRINCIPAIS EVENTOS DO SECTOR

Tradicionalmente, os principais eventos e datas especiais do sector como Dia Mundial da água, de lavagem das mãos e de latrinas, são celebrados pelo governo com implicação de parceiros (ANE, Organizações da Sociedade Civil, ONG's, entre outras). Essa actividade vem sempre programada nos sucessivos programas de cooperação com a UNICEF. Em função do lema mundial e da vocação, outras agências especializadas das NU (PNUD, FAO e OMS), têm-se associado na celebração de eventos WASH.

Existe o projecto de relançar a Feira Internacional de Bissau, o único certame de mostra de produtos nacionais com alguma dimensão. Todavia, por enquanto, ainda só existem eventos esporádicos.

3. IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE EMPRESAS LOCAIS POTENCIAIS PARCEIRAS

Apesar de ser responsável por assegurar o abastecimento de água – captação, transporte, tratamento e distribuição de água e electricidade em todo território nacional, devido à sua incapacidade, actualmente, a Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), só intervém a nível da Cidade de Bissau. A EAGB é uma Empresa Pública com o capital detido a 100% pelo Estado da Guiné-Bissau. É dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A intervenção do sector privado resume-se apenas na construção/reabilitação de infra-estruturas de abastecimento de água (entre outros, furos, poços melhorados e sistemas de AAP).

Em alguns Centros Semi-Urbanos (CSU) do país, a gestão dos serviços de AAP, foram delegados a Associações de Interesses Hídricos (AIH), que procedem à gestão das infra-estruturas de AAP, responsabilizando-se também pela sua manutenção. A nível das localidades rurais, esses serviços são assegurados pelos Comitês de Gestão.

De seguida apresentamos as coordenadas do sector privado mais activo no domínio de realização de obras hidráulicas na Guiné-Bissau:

TABELA 24: PRINCIPAIS EMPRESAS DO SECTOR PRIVADO NO DOMÍNIO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS

N.º	Empresa	Domínio de intervenção	Pessoa de contacto	Tlm
01	ASCON Lda	Obras hidráulicas (furos) e construção civil	Mário Parente Gomes	96 662 35 22
02	ENAFUR Pinto Brasil	Obras hidráulicas (furos) e construção civil	Maurício Correia de Matos	96 693 62 78
03	BALIEIRA Sarl	Obras hidráulicas (furos manuais)	Augusto Henrique	96 665 43 32

(continua)

N.º	Empresa	Domínio de intervenção	Pessoa de contacto	Tlm
04	Galego Galiano	Obras hidráulicas (furos manuais)		
05	APSD	Obras hidráulicas (furos manuais e poço)	Eugénio Ampa	96 666 21 44
06	ERCANO	Obras hidráulicas (poço)	Cuca	
07	Grupo Badora	Produção, empacotamento e comercialização de água	Mamadu Djalo	
08	Gardete Gelo	Produção, empacotamento e comercialização de água	Agostinho Sousa Cordeiro	
09	SUEMPA	Produção, empacotamento e comercialização de água	Manuel Fernando Sico	

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE EMPRESAS PORTUGUESAS JÁ PRESENTES NESSE MERCADO (NO SECTOR DA ÁGUA)

Ao nível do sector da água podemos destacar a empresa ENAFUR. No quadro da promoção da Parceria Público-privada (PPP) para o relançamento da Empresa nacional ENAFUR, uma nova sociedade denominada Enafur Pinto Brasil Guiné (resultante da fusão das empresas ENAFUR/GB e Pinto Brasil - Portugal) foi criada em 2014. No domínio de água, neste momento a empresa está a executar dois contratos com a UNICEF, nomeadamente: Construção de dispositivos de redução de concentração de ferro na água nas regiões de Tombali e Quinara, e construção de furos de água e seu equipamento com sistemas solares fotovoltaicos de AAP em 11 escolas primárias na região de Oio. Referir ainda a empresa IMPAR Lda, que intervém no domínio da tecnologia solar (térmica e fotovoltaica) em geral e para o abastecimento de água, nomeadamente bombas solares de água.

Também de referir o sucesso de dois projectos realizados pela EPAL e a TESE na Cidade de Bafatá e relacionados com o abastecimento de água: Bafatá Misti lagu 1 (BMI) e Bafatá Misti Mas lagu (BMMI).

Segundo a apresentação “Testemunhos profissionais e empresariais na Guiné-Bissau”, do Dr. Nuno Medeiros, de 5 de Julho de 2016, o objectivo do Projecto Bafatá Misti lagu 1 foi aumentar o acesso sustentável a água potável à Cidade de Bafatá na Guiné-Bissau, através de acções de:

- Reabilitação de infra-estruturas de distribuição de água existentes em Bafatá;
- Definição e implementação de um modelo de gestão que permitiu aos parceiros locais assegurar o abastecimento de forma sustentável;
- Capacitação dos parceiros locais do sector da água – ASPAAB e DRRH-B;
- Sensibilização da comunidade sobre o ambiente, o princípio de utilizador-pagador e higiene.

O Projecto Bafatá Misti Mas lagu, teve como resultados macro alcançados:

- Modelo de gestão do abastecimento de água optimizado na cidade Bafatá (sustentabilidade financeira e operacional);
- Actores locais capacitados e capazes de implementar o modelo de gestão (sustentabilidade humana, financeira e operacional);

- Infra-estruturas de abastecimento e distribuição de água reabilitadas e capazes de fornecer água segura com um Plano de Investimentos Estratégicos definido no imediato e para 15 anos (sustentabilidade operacional);
- Campanha de sensibilização implementada nos temas: Educação Ambiental, Consumidor-Pagador e Higiene (sustentabilidade financeira, social e operacional);
- Uma taxa de cobertura do abastecimento de água por fonte melhorada em Bafatá total (Fontes melhoradas já existentes, fontanários de rede e ligações domiciliárias), em 2015, de 75%.

5. ETIQUETA DE NEGÓCIOS

O mercado da Guiné-Bissau apresenta algumas oportunidades que podem ser exploradas, no entanto como em qualquer outro mercado apresenta algumas particularidades e riscos que os empresários devem acautelar.

Entre outros podemos destacar:

- É um país pobre, pelo que o poder de compra é reduzido, os salários são muito baixos o que pode em algumas situações propiciar os pedidos de suborno;
- Como é um país de pequena dimensão o acesso a membros do Governo é fácil e comum, no entanto face à instabilidade política que o país atravessa já há alguns anos isso nem sempre é garantia de sucesso no processo negocial. Pelo que é recomendável o acompanhamento muito de perto dos negócios, principalmente os que envolvam membros do governo;
- As promessas e compromisso são, normal e facilmente assumidos contudo nem sempre são cumpridos, pelo que uma vez mais é recomendável um acompanhamento de perto dos processos negociais em curso e/ou projectos em implementação, devendo pressionar-se e certificar-se da sua efectivação e conclusão;
- Em termos legais é recomendável o apoio legal de especialistas que conheçam profundamente a realidade local, principalmente na formalização e contratos;
- A lentidão da própria máquina do estado leva a que os processos sejam normalmente demorados;
- É recomendável (apesar de não ser obrigatório) ter um sócio ou parceiro guineense, nomeadamente por causa da língua, sobretudo no uso do crioulo. A verdadeira língua franca da Guiné-Bissau pode ser difícil

CLUSTER DA ÁGUA

de dominar e é muito importante na negociação com os nacionais.

Face a este panorama, apresentam-se algumas sugestões nomeadamente o conhecimento prévio dos hábitos e costumes do parceiro com quem se negocia pode tornar uma negociação mais fácil e com sucesso. Eis alguns aspectos a considerar neste quadro na Guiné-Bissau:

- Para encontros empresariais com membros do Governo, deve utilizar a indumentária fato e gravata;

- Procure não agendar encontros às sextas-feiras, em especial no período de tarde;
- As reuniões agendadas devem ser confirmadas e com antecedência;
- É aconselhável ter no país alguém que o representa nos contactos e na organização dos encontros, antes da chegada, de modo a facilitar o encontro.

6. ANÁLISE SWOT

TABELA 25: ANÁLISE SWOT DO SECTOR DA ÁGUA NA GUINÉ-BISSAU

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Relativa abundância dos Recursos hídricos; Simplicidade na constituição/formalização de empresas/sociedades; Ao contrário do que se pensa é um país seguro; Proximidade com Portugal (4 horas de viagem); Português como língua oficial do Estado e a língua de trabalho das instituições públicas; O Código de Investimento é aliciente e destinado a captar o investimento estrangeiro com isenções e reduções fiscais previstas para os primeiros anos; Estabilidade cambial garantida pelo Banco Central Francês através do Franco CFA; GB integra a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o que lhe abre a porta a um mercado total de cerca de 340 milhões de consumidores.</p>	<p>Cíclica instabilidade político-institucional; Inexistência de um mecanismo de auto-financiamento do sector; Desconhecimento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos; Ausência de instrumentos legais revistos e adoptados às exigências do sector; Economia frágil e dependente do exterior; Maioria das infra-estruturas de transporte (estradas) em estado avançado de degradação; Ausência de infra-estruturas básicas adequadas, em especial ao nível da energia e da água); Porto nacional com pouca capacidade de atracagem para navios, e necessitando de dragagem; Fraco poder de compra da maioria da população; Deficiente funcionamento do sistema judicial.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>A presença de Organismos Internacionais (P.e. Banco Mundial, FMI, ONU, UE, União Africana) e de várias ONG, confere algum dinamismo ao país pelo lançamento de concursos internacionais; Existência de projectos do sector em curso e em carteira em que o sector privado esta/estará implicado; Existência de mecanismos institucionais de promoção de Parcerias Públicas e Privados (PPP); Empresas portuguesas conectadas a bens e serviços de qualidade.</p>	<p>Eventual quebra das ajudas internacionais, quer por questões políticas quer por questões económicas; Falta de informação e transparência sobre os custos de contexto; Elevado peso da economia informal e paralela; A dependência dos negócios do financiamento governamental correm o risco de a instabilidade política os fazer fracassar, com os atrasos e cancelamentos dos pagamentos.</p>

7. PROPOSTA DE ACÇÕES

A Guiné-Bissau é ainda um país extremamente dependente de ajudas externas. O investimento público é muito reduzido e sem capacidade de estimular a economia nacional.

O sector da água da Guiné-Bissau encontra-se numa fase incipiente quer ao nível legislativo e governança, quer ao nível de infra-estruturas.

Ao nível legislativo é urgente proceder-se à regulamentação do Código da Água e criação de normativas de aplicação necessárias ao funcionamento e criação de ambiente atractivo para o investimento de privados e parceiros de desenvolvimento (a entrada de parceiros privados é fundamental).

A governação do sector deve igualmente ser alvo de intervenção. A coordenação entre *players* é ainda muito débil, em especial no interior do país, caracterizada por redundância de intervenções e reduzida sinergia no terreno.

No que concerne às infra-estruturas, não obstante à evolução verificada nos últimos anos, encontra-se ainda longe do nível considerado satisfatório para suprir as necessidades das populações. Em especial, no que diz respeito ao abastecimento no interior do país, que continua largamente dependente da acção das ONG's.

De forma sintética, as principais acções prioritárias para o sector consistem:

- Instituição e operacionalização de um Fundo Nacional de Água (FNA), e do novo quadro normativo e jurídico em matéria de regimes de exploração de serviços públicos de água na Guiné-Bissau;
- Revisão do Código de Água e regulamentos de aplicação;
- Finalização do processo de revisão de documentos de política – Política Nacional de Água (PNA) e Política e Estratégia Nacional em Matéria de Higiene e Saneamento (PENHS);

CLUSTER DA ÁGUA

- Relançamento de programas de cooperação com parceiros técnicos e financeiros (Japão) internacionais;
- Operacionalização de direcções regionais dos recursos hídricos;
- Adequação técnica e profissional dos agentes públicos afectos ao sector;
- Planificação da formação de quadros para o sector e a adequada integração entre o sistema de educação nacional e convénios de formação (bolsas de estudo) existentes com parceiros bilaterais e multilaterais;
- Criação de centros de saber no domínio da água para perenizar a capacidade técnica doméstica para gerir e desenvolver o sector da água;
- Melhoria do conhecimento dos recursos de água. Existe toda a necessidade de actualizar os estudos relativos aos recursos de água (Maestriciano, Paleoceno-Eoceno, Oligoceno, Mioceno e Aquíferos superficiais), bem como definição operacional de roteiros para as obras hidráulicas nas principais bacias hidrográficas (Camposa no Geba e Saltinho no Rio Corubal) e reabilitação de recursos degradados;
- Estes desafios de âmbito macro-infraestrutural devem ser acompanhados por vários documentos políticos que orientem a tipologia dos projectos nas áreas urbanas, rurais e semi-urbanas (melhoria da cobertura de pontos de água, adequação de tarifas, controlo de qualidade da água, introdução de tecnologias mais eficientes, sistemas de auto-gestão dos sistemas no meio rural, entre outros);
- Criação de condições para a captação de investimentos privados para o sector (para isso é necessário o desenvolvimento de um quadro normativo e jurídico uniforme e mais eficaz em matéria de regimes de concessão da actividade de exploração e gestão dos serviços de abastecimento de água);
- A cooperação é primordial para a concretização de projectos e programas (através de apoio financeiro e técnico para a identificação, concepção e implementação);
- As parcerias público-privadas também podem ter um papel importante na disponibilização dos meios técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento do sector.

Como apresentamos ao longo deste estudo, a Guiné-Bissau apresenta várias oportunidades de negócio no sector das águas, de uma forma transversal, sendo que face ao incipiente estado em que se encontra este sector, praticamente tudo é necessário. Contudo, apresenta um contexto muito particular, com desafios e constrangimentos específicos que se devem acautelar. Posto isto, para uma empresa que pretenda abordar o País pela primeira vez, as principais recomendações são:

- O estabelecimento de contactos com as instituições financeiras multilaterais, é fundamental, pelo facto dos grandes projectos ligados ao sector de água passarem por estas instituições;
- As parcerias com empresas locais serão naturalmente uma mais-valia para as empresas portuguesas que pretendam instalar-se no país;
- Existe toda a necessidade de actualizar os estudos relativos aos recursos de água, bem como definição operacional de roteiros para as obras hidráulicas nas principais bacias hidrográficas e reabilitação de recursos degradados;
- As parcerias público-privadas podem desempenhar um papel importante na disponibilização dos meios técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento do sector;
- Importante recolher informação mais detalhada junto de empresas portuguesas que estão no mercado e com as instituições nacionais, nomeadamente as Câmaras de Comércio, a fim de obterem informações mais detalhadas do mercado.

6. REFERÊNCIAS

- Esquema Director do Sector de Água e Saneamento (1997 – 2006);
- Código de água da Guiné-Bissau;
- Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza “DENARP 2” (2011 - 2015), Junho de 2015;
- Plano Estratégico Nacional “TERRA RANKA”, horizonte 2015 – 2025;
- Plano de acção OMD – SMDD (2010 - 2020);
- Política Nacional de Água;
- Políticas e Estratégias em Matéria de Higiene e Saneamento;
- Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector de Água;
- Plano Nacional de Gestão Ambiental;
- Política Nacional de Ambiente;
- Lei de Base de Ambiente;
- Lei Quadro de Áreas Protegidas;
- Condições de vida dos agregados familiares (III RGP - 2009);
- Educação e Escolarização da população (III RGP - 2009);
- Estatísticas básicas da Guiné-Bissau 2014 – INE/GB – 2014;
- Guiné-Bissau em números, 2015 – INE/GB 2015;
- Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), INE/GB – Março de 2016;
- Perfil de pobreza na Guiné-Bissau, Bissau/Dezembro de 2010;
- Programa plurianual de convergência, da estabilidade, do crescimento e da solidariedade 2015-2019.
- Apresentação “Testemunhos profissionais e empresariais na Guiné-Bissau”, do Dr. Nuno Medeiros, de 5 de Julho de 2016
- Portugal – Acordos Bilaterais Celebrados na Área da Cooperação Económica (Janeiro 2017), AICEP
- Guiné-Bissau – Condições Legais de Acesso ao Mercado (Março 2017), AICEP
- INE Guiné-Bissau
- Página Oficial do Governo da Guiné-Bissau
- Agência de Notícias da Guiné
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal Guiné-Bissau (CCIPGB)
- Doing Business in Guinea-Bissau



CLUSTER DA ÁGUA

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional